



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento Usina Termelétrica Carioba II, de responsabilidade da Intergen do Brasil Ltda., realizada em Piracicaba.

Realizou-se no dia 4 de junho de 2001, às 19:00 horas, no Teatro Municipal Dr. Losso Netto, localizado na Avenida Independência, 277, na cidade de Piracicaba-SP, a Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Usina Termelétrica Carioba II”, de responsabilidade da Intergen do Brasil Ltda. Dando início aos trabalhos, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, depois de declarar que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Deputado Estadual Ricardo Tripoli – que, não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo –, saudava e dava as boas-vindas às autoridades presentes e a todos que haviam comparecido, informou que passaria a compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazerem parte o representante do Conselho Estadual do Meio Ambiente, escolhido entre os membros presentes, Carlos H. Bocuhy, e o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais, Marcos Antonio Mattiusso Marques. Em seguida, antes de expor as normas estabelecidas pela Del. Consema 50/92 para a condução de audiências públicas, o Secretário Executivo, assim se pronunciou: “O que é audiência pública? Aliás, o que não é audiência pública? Audiência pública não é um comício. Aqui, não apenas um partido terá o direito de falar, mas todos os partidos, todos os segmentos sociais, qualquer interessado que queira de maneira democrática fazer uso da palavra. A audiência também não é um plebiscito. É obvio que aqui cabe o contraditório, cabe a opinião contrária, mas não se trata apenas de sim ou de não. Nós aqui viemos e, aliás, audiência vem de “audire”, que significa ouvir, nós aqui viemos para nos ouvir, para ouvir todo aquele, toda aquela que tenha uma opinião, que tenha uma contribuição, que tenha uma crítica, que ajude os órgãos de licenciamento do Estado que vão fazer a análise técnico-jurídica e ambiental, em primeiro lugar, e, depois, que ajude os conselheiros do CONSEMA a tomarem a decisão aprovando ou rejeitando o projeto. Portanto, não será no grito que nós vamos sair daqui com qualquer coisa. Aplausos, com certeza, sim, quando alguém falar a favor do projeto e existir alguém ou um grupo que também for a favor; quando alguém falar contra o projeto e existir também pessoas contrárias. Aplaudam, mas gritos, espero que não. Eu tenho ouvido nessas últimas audiências falar-se muito de democracia e de cidadania. O cidadão, sujeito de direitos, sabe que na razão mesma, na constituição dos seus direitos, estão deveres. E o primeiro deles é o de respeitar o direito dos outros. Onde isso não acontece, nós temos a imposição do poder ou da força de uns sobre os outros, e isso é autoritarismo, isso é ditadura, e isso, com certeza, ninguém de nós deseja. Onde regras não são respeitadas, instala-se a anarquia. Há até quem diga que esse seja o melhor sistema, jamais implantado, porém, em lugar nenhum, porque a exacerbação dos direitos individuais, do individualismo, impede que se consiga accontentar a todos, em todos os lugares e em todo momento. Portanto, senhoras e senhores, o que resta, aqui e agora, é a busca do consenso democrático, com vistas ao bem comum de todos. Apelo, portanto, para o bom senso de todos os senhores, a fim de que possamos efetivamente fazer um debate de alto nível, construtivo, ouvindo-nos uns aos outros, para que o conselho possa ser municiado com as críticas, construtivas, ou de qualquer teor, que daqui saiam, a fim de que depois possam tomar a sua decisão sobre o projeto”. E tendo, depois, exposto, resumidamente, as normas estabelecidas pela Del. Consema 50/92 para a condução das audiências públicas, passou a palavra ao representante do empreendedor, Miguel Saad, Diretor Técnico da CPFL-Cogeração, que fez observações quanto à necessidade da instalação dessa termelétrica para sustentar o desenvolvimento da região. Em seguida, Goret Pereira Paulo, também representante do empreendedor, informou que haviam sido realizadas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

mais de trezentas reuniões com a comunidade e instituições para discutir esse projeto, dando origem à criação de um conselho consultivo do qual participavam mais de sessenta instituições, e que passaria a ler alguns depoimentos coletados durante esse processo: Com respeito à poluição atmosférica, é verdadeiramente inconcebível e sem dado técnico nenhum considerar as condições atmosféricas da região de Americana, onde vai ser instalada a Termelétrica Carioba II, iguais as de Cubatão ou as de São Paulo, pois a emissão de gases pela usina atingirá a troposfera da região, que tem 16 km de espessura, o que é uma contribuição fabulosa para que os gases se disseminem na atmosfera. Outra questão bastante relevante é que justamente o trecho compreendendo Piracicaba, Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara e Campinas é uma região em que a incidência de vento, não só na sua frequência como também na sua intensidade, é a maior do Estado, e isso fará com que eventual condensação ou aglomeração de gases ou vapores se espalhe por toda a região. Como a retirada da água pode ser considerada sobre vários aspectos... por exemplo, o que ela significa percentualmente para a vazão do Rio Piracicaba? Se admitirmos que a vazão mínima de seca de anos normais oscila entre 40 e 30 m³/s, teríamos aí uma retirada aproximada de 1 a 0,5% da vazão. Em termos comunitários, se se admite que o consumo de água por pessoa é de 200 litros por dia, essa vazão seria suficiente para suprir a necessidade de 100 mil pessoas, se bem que a utilização diária de 100 mil pessoas, sem se preverem outras utilizações, como a urbana, deve ser maior, e diminui o número de pessoas. O que é mais importante é o seguinte: no inverno é comum ocorrer uma dotação de 5 litros por m² por dia na área de irrigação e, medindo 1 hectare 10.000 m², o volume total dotado é de 5x10 litros por dia e, dividindo isso por 506.400, se chegará à conclusão de que essa vazão que se retira do rio é a que se utilizaria para irrigar aproximadamente 500 hectares, o que significa que, se se teme a subtração de 0,27 m³/s, nenhum projeto de irrigação no rio deve ser conhecido, pois quaisquer projetos subtrairão essa vazão. Então, se precisa ter cuidado com os números, com os significados desses números. Sem dúvida a legislação ambiental hoje é severíssima, mas até 1980 não havia leis que controlassem o meio ambiente, tendo ocorrido, entretanto, a partir dessa data uma transformação industrial muito grande, começando as empresas a crescer muito e surgindo o interesse mundial de controlar essa poluição. Então, hoje nós estamos com uma legislação severa e eu acredito que, se o projeto Carioba II se adequar à legislação vigente, não há nenhum problema de ela se instalar aqui em Americana. O projeto é muito interessante, embora tenha-se criado muita celeuma e discussão sobre os aspectos ambientais, mas o que se pode constatar através do EIA/RIMA é que o projeto respeita toda a legislação do meio ambiente e, diga-se de passagem, a legislação do Estado de São Paulo é mais exigente que as leis federais e, em nenhum momento, o projeto transgredir ou fere qualquer dispositivo dela. É importante dizer também que a legislação ambiental brasileira é mais exigente e o projeto respeita toda essa situação. A segunda discussão que criou também muita polêmica diz respeito ao problema hídrico do Rio Piracicaba, embora os projetos apresentados pelos empreendedores demonstrem que não haverá esse impacto alardeado, considerando as vantagens econômicas para a cidade e para a região, ou seja, é uma forma de desenvolvimento sustentável, pois, como sabemos, a geração de energia a gás é uma das que menos agride ao meio ambiente. Então, por essa razão e após refletir tranqüila e serenamente sem paixões, somos favoráveis à instalação da usina no território de Americana, pois este Município tem uma história de produção de energia de longa data, porque, primeiro veio a Cariobinha, depois a Usina Hidrelétrica de Salto Grande e, por último, a Termelétrica Carioba I. Estamos, aproximadamente, a 4 Km do centro da cidade e de Carioba I, e eu posso dizer um pouco de tudo isso porque residi por longo tempo aqui no núcleo residencial. O meu pai trabalhou aqui também por longos anos. O



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

misticismo relacionado aos poluentes é muito exagerado. Por que exagerado? Porque, pela longa convivência que tenho com a Termelétrica de Carioba I, tenho a nítida certeza de que ela não produz o grau de poluição que comentam. A Termelétrica Carioba I existe há 50 anos, é uma indústria, uma usina ultrapassada, e tocada a óleo cru, e a vinda da Termelétrica Carioba II irá melhorar muito o grau de poluição, por ser mínima a emissão de poluentes, embora a primeira não tenha causado danos à saúde dos que moravam aqui. Agora a vinda do gás natural é uma tranquilidade para todos. Podemos ficar tranquilos sabendo que o meio ambiente não está sofrendo o impacto que estão dizendo por aí, e eu digo isso de “causo conhecido”, porque convivo há muitos anos com a Usina Termelétrica Carioba I. A nossa região é uma região que está se desenvolvendo, que cresceu bastante, recebe gente de todas as partes do Estado, e é lógico que, para manter o emprego para essas pessoas, o conforto de que elas precisam, é necessário terem eletricidade em casa. E, nesses dias que é importante a eletricidade, nada mais justo do que investir nesse setor, e essa Carioba, essa usina que está sendo planejada para ser construída em Americana, reforçará a energia de que essa região precisa para produzir mais empregos, para que as indústrias e as residências tenham mais tranquilidade. Mas quem quer o desenvolvimento da nossa região, quem está preocupado com o progresso da nossa região, tem de aprovar, apoiar, porque quem consome energia, precisa de energia, tem de querer que isso seja produzido, e são por estas razões que estamos apoiando sua construção. Um dos depoimentos que foram feitos é de um vereador que declarou que, “na condição de vereador da Câmara Municipal de Nova Odessa, estarei apresentando uma moção de apoio à construção dessa usina na cidade de Americana e, após várias reuniões, tivemos a oportunidade de conhecer esse trabalho que vai ser feito na cidade de Americana. Nós, os vereadores de Nova Odessa, entendemos que muitos benefícios essa usina trará, não só para Americana, mas para a região também”. Alderico Marchi, representante da equipe técnica que elaborou o EIA/RIMA, informou que apresentaria um vídeo demonstrando os principais aspectos do empreendimento, os impactos que poderá causar e as mais significativas medidas estruturais e compensatórias que serão adotadas com a finalidade de se minimizarem esses possíveis impactos. Depois de apresentado o vídeo, este profissional teceu algumas considerações sobre o EIA/RIMA, entre as quais a de que as análises sobre a região foram elaboradas por uma equipe multidisciplinar e tais análises demonstravam de que modo será suprida a demanda do empreendimento por água e seu processo de operação, que estratégias serão adotadas para equilibrar a vazão do Rio Piracicaba e para que as emissões da usina não ultrapassem os padrões estabelecidos para manutenção da qualidade do ar, e o empenho que será feito para que sua implantação aumente a quantidade de energia disponível e esse benefício não seja contrabalançado por uma perda da qualidade de vida dos habitantes da região. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consema. O primeiro a se manifestar, Paulo Figueiredo, teceu os seguintes comentários: que, embora o empreendedor tivesse realizado mais de trezentas reuniões com a população, lhe pareceu que eles escutaram muito, mas que pouco compreenderam, e estavam utilizando a crise do setor energético como terrorismo; que usinas termelétricas movidas a gás natural seriam bem vindas pois implicavam avanços ambientais, desde que o local fosse adequado do ponto de vista social e ambiental; que algumas características do empreendimento, em função da localização, gerariam ou não alguns benefícios e que, no caso específico da Usina Termelétrica Carioba II, além de se pretender instalá-la em local inadequado, os estudos que a embasavam eram também precários, inviabilizando totalmente sua instalação nesta região; que o empreendedor não estava interessado em contribuir para a solução da crise de energia elétrica brasileira e que à



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sociedade, por sua vez, não haviam sido apresentadas propostas para que escolhesse algumas entre elas, pois lhe fora imposto um projeto fechado, cujo objetivo único era maximizar os benefícios privados, os lucros, embora comprometesse, mais ainda, a qualidade do ar e a disponibilidade dos recursos hídricos da região, que já se encontrava saturada nestes dois aspectos; que a documentação oficial, além de precária, apresentava alguns problemas relativos à interpretação das emissões, dificultando o entendimento pela sociedade e, conseqüentemente, uma tomada de posição; que o empreendimento representaria a segunda fonte poluidora da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, dado que sua potência era de 1.200 mW, consumindo 6,4 milhões de m³ por dia de gás - ou seja, um terço do total de 16 milhões de m³/dia provenientes do gasoduto Brasil/Bolívia -, cuja vazão de efluentes gasosos seria da ordem de 1.782 m³/s e cujo escape das quatro chaminés de 5 m corresponderia a 3.400 caixas de água de 500 litros, o que fazia dela a maior termelétrica da América do Sul e uma das maiores do mundo; que o consumo de água seria da ordem de 1.300 m³/h, ou seja, 360 litros por segundo, podendo chegar a 400 litros por segundo; que seriam evaporados 330l/s e, portanto, não retornariam à bacia; que esta seria uma das quatro maiores captações industriais da Bacia do Rio Piracicaba, inferior somente àquelas feitas pela Rhodia, Repasa e Replan, representando um incremento de 15% na atual demanda de água da bacia; que o empreendedor, ao afirmar que utilizaria a água proveniente da Estação de Tratamento de Esgotos do Município de Americana, na verdade estava apenas garantindo um volume de água necessário para o seu empreendimento, dado que o volume de esgoto não era vulnerável à sazonalidade das chuvas, sendo sua produção inalterada, e que era irreal sua pretensão de caracterizar esse uso do esgoto como reúso, pois na realidade um grande volume de água do Rio Piracicaba estaria sendo evaporado; que considerava leviana a proposição do empreendedor com relação à regularização do fluxo de água dos reservatórios de Salto Grande, que se encontravam absolutamente assoreados pela imensa quantidade de dejetos e detritos neles jogados, e que o acúmulo de impurezas na água, como detritos e dejetos, implicaria, certamente, uma aceleração do seu processo de eutrofização e uma piora de sua qualidade; que um dos critérios adotados pelo Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos era que as bacias hidrográficas cuja demanda fosse superior a 50% da sua vazão mínima fossem consideradas críticas e que, justamente essa região onde se pretendia implantar essa termelétrica, o Alto Piracicaba, era o segundo pior trecho dessa bacia pois sua demanda na época de seca equivalia a 1,6 vezes de sua vazão, e que era contrário à instalação dessa termelétrica, não só por ser esta região absolutamente crítica, mas também porque era impossível admitir a implantação de um empreendimento que, para produzir energia, controlaria a água da bacia, sendo, portanto, impossível admitir a instalação de um empreendimento que tivesse tal atribuição, ou seja, que detivesse algum domínio sobre sua gestão, o que o levaria a competir com o Comitê de Bacias. Gilberto Martins, também representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, teceu as seguintes considerações: que, como morador da região, professor da Universidade Metodista de Piracicaba e pesquisador da área de energia e meio ambiente, constatava que alguns dados abordados pelo RAP contrariavam os que haviam sido, posteriormente, apresentados pelo EIA/RIMA, como aqueles que se relacionavam com a capacidade da planta da usina e com a vazão dos gases, o que considerava aéctico; que a Secretaria do Meio Ambiente, por meio do DAIA, havia solicitado dados atuais sobre as plantas de empreendimentos dessa natureza que já se encontravam operando, inclusive alguns de propriedade da Intergen, e que estes só haviam sido entregues um mês após essa solicitação; que outro aspecto obscuro dizia respeito à definição da área de influência direta, que, segundo o empreendedor, só poderia ser definida com base na simulação dos impactos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que possivelmente seriam provocados pelas emissões dos gases, entre os quais se incluem os óxidos de enxofre e os precursores do ozônio; que, de acordo com simulações realizadas nos anos de 1996 e 1997, as concentrações dos óxidos de nitrogênio emitidos só por este empreendimento seriam da ordem de 60 microgramas por m³, quando o máximo permitido para essa região era de 320 micrograma por m³, dado este que deveria justificar a escolha de outra alternativa locacional ou, no mínimo, o aprofundamento dos estudos sobre a região; que, por ocasião da réplica da audiência pública realizada na cidade de Paulínia, o empreendedor havia comentado que tanto redefiniria a área de influência como a localização do projeto, a partir das simulações feitas na fase de transição entre a elaboração do RAP e a do EIA/RIMA e que considerava o não-cumprimento dessa promessa igualmente uma postura aética, e que era preciso apenas utilizar um mapa ou uma escala para descobrir que o principal impacto recairia sobre um bairro da cidade de Santa Bárbara do Oeste, informação básica esta que não fora sequer apresentada, como igualmente aconteceu em relação aos dados obtidos com o monitoramento dos ventos a leste, a sudeste e a montante do empreendimento, uma vez que do EIA só constavam aqueles relacionados com os ventos principais que vêm do sul, sudeste e leste e sobre a sua velocidade, ou seja, que esta era extremamente baixa; que sugeria se avaliasse honestamente o impacto desse empreendimento na comunidade de modo geral e fosse elaborada a análise solicitada pelo DAIA, e até então não realizada, como também aquelas que diziam respeito à possibilidade de formação de ozônio na região em decorrência da emissão de NOx e de hidrocarbonetos; que protestava contra a insensibilidade e a incompetência técnica dos responsáveis por empreendimentos hidrelétricos no que dizia respeito à escolha dos locais para instalá-los, pois, geralmente, eles escolhiam regiões que já se encontravam totalmente saturadas, boicotando-se, assim, as comunidades locais, que ainda era apontada como culpada pela crise energética que o País enfrentava atualmente; que, quanto ao ozônio, os dados a seu respeito eram manipulados pelo empreendedor, que se utilizava de médias anuais, e não médias horárias, que constituía um padrão muito mais crítico e confiável para se determinarem as reais concentrações desse poluente na atmosfera. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de órgãos públicos e de entidades civis. Sandra Keime Shimada Kishi, Procuradora da República em Piracicaba, fez as seguintes observações: que o Ministério Público era um órgão essencial para a função jurisdicional do Estado e sua organização administrativa e funcional era independente, motivo por que não podia ser confundido ou subordinado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; que suas funções tinham sido alargadas pela Constituição Federal e efetivamente assumidas pelos seus membros, os Promotores de Justiça; que sua atuação, não raro, se dava contra o poder econômico, cujos interesses, mormente no presente caso, se chocavam com os interesses da sociedade; que era do interesse da sociedade piracicabana a melhoria das condições do Rio Piracicaba, já vigorosamente agredido por empreendimentos predadores e sem a contrapartida do controle ambiental; que o empreendimento Carioba II agravaria a situação atual e futura e constituiria uma omissão indesculpável não se aprofundar a discussão em termos mais coerentes; que, tendo em vista a irreversibilidade dos danos ambientais a serem provocados por este empreendimento, uma vez que as possíveis medidas de mitigação se demonstrariam ineficazes, a sociedade local repudiava sua implantação, pois sua qualidade de vida não poderia ser agravada por um empreendimento que, além de poluidor, era financiado em parte com recursos públicos, que, assim procedendo, financiava a morte de uma qualidade de vida já degradada e cujo resgate só poderia ser feito com a implementação de políticas públicas de preservação e contenção da poluição; que informava também que o Ministério Público Federal concluía, juntamente com as Promotorias do Meio Ambiente dos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Municípios de Americana, Limeira, Piracicaba e Santa Bárbara d'Oeste, análises de impacto ambiental respaldadas na avaliação técnica de especialistas vinculados ao Ministério Público, as quais, até aquele momento, haviam concluído que o EIA apresentava vícios formais e materiais e omissões graves que comprometiam e poderiam invalidar juridicamente o empreendimento; que era de se estranhar que, ao tentar inscreverem-se às 17 horas e 45 minutos, portanto, quinze minutos após ter-se iniciado o processo de inscrição, os Promotores de Justiça ocuparem os 84º, 85º e 86º lugares na lista; que o Artigo 9º da Deliberação Consema 50/92, que regulamenta a realização e a condução das audiências públicas, dispõe que a sessão teria início com a formação da Mesa no horário previsto no edital, ou seja, às 19 horas, e que o coordenador receberia as inscrições para participação nos debates até sessenta minutos após a abertura dos trabalhos, podendo ampliar esse prazo, em caráter excepcional; que o parágrafo 2º desse Artigo 9º exigia que as inscrições sejam feitas em listas apropriadas de modo a garantirem aos inscritos conhecer a ordem de seu pronunciamento; que, eles, promotores, haviam ficado espantados com sua posição na lista de inscrição e protestava contra essa situação, razão por que o Ministério Público iria instalar inquérito civil para apurar esses fatos; e que indagava sobre a possibilidade de conceder dois minutos do seu tempo ao Ilustre Procurador da República da Comarca de Marília para que fizesse um relato da defesa que vinha fazendo em nome da sociedade. O Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que era direito da Excelentíssima Procuradora apurar qualquer fato irregular que imagine ter ocorrido durante a inscrição de pessoas para fazer uso da palavra; que a Mesa recebera um conjunto de procurações assinadas e com firmas reconhecidas de pessoas indicadas para falar; que, na sexta-feira, antes da audiência e naquele mesmo dia, havia sido procurado por um assessor da Excelentíssima Procuradora para obter informações sobre os procedimentos relacionados com essa audiência e que ele, Secretário Executivo, havia-lhe informado que as inscrições que, normalmente, começavam às 18 horas, não tinham um horário exato para começar no caso desta audiência, em virtude da grande mobilização que estava ocorrendo na cidade de Piracicaba, e que a equipe da Secretaria Executiva estaria na cidade com bastante antecedência para analisar a situação e decidir quando começaria a recebê-las; que, de fato, as inscrições começaram a ser aceitas antes do horário costumeiro, devido à grande aglomeração que havia na porta do local onde se estava realizando a audiência; que, com relação à determinação de se conceder a palavra respeitando-se a ordem de inscrição, não fora ele quem estabelecera isso, mas o Consema, e que essa decisão seria respeitada, para se garantir o princípio da isonomia e se evitar tumulto no desenvolver-se da audiência pública. O Procurador da República em Marília, Jefferson Aparecido Dias, fez os seguintes comentários: que estava numa empreitada contra o Governo Federal, pois ingressara com uma Ação Civil Pública questionando o corte no fornecimento de energia elétrica e a cobrança de sobretaxas; que conseguira uma liminar com alcance nacional com base na qual estavam suspensos os cortes e a cobrança de taxas adicionais; que isso tinha muito a ver com o que se discutia nesse evento, porque as metas de consumo e as cobranças eram totalmente inconstitucionais e tomadas em nome dessa crise energética, em nome da qual o Governo Federal tentava rasgar a Constituição e justificar qualquer agressão ao Meio Ambiente; que não cabia à sociedade pagar por equívocos dos governantes, pois o povo era responsável e sabia cumprir sua parte, enquanto o governo, mesmo sabedor da crise há anos, nada fizera; que o panfleto distribuído pelo movimento “Termelétrica Já” dizia que os órgãos do governo eram compostos por pessoas sérias e que não cometeriam irresponsabilidades que pudessem causar prejuízos à população, e que a crise energética servia para provar que do Governo Federal só se poderia esperar omissão e leviandade; e que era um



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

absurdo que moradores de locais com alta concentração de poluentes estivessem participando dessa audiência para defender a construção da Termelétrica. José Antônio Fernandes, representante da Associação das Entidades Sindicais de Piracicaba, fez os seguintes comentários: que representava vinte e quatro sindicatos e cem trabalhadores na ativa ou aposentados; que estava tranquilo pelo assunto estar sendo tratado por um conselho do meio ambiente, e não por um conselho de alternativas energéticas, porque as exposições feitas ali demonstravam claramente que avaliar um empreendimento como Carioba II era um atentado à vida, e ele sabia que nenhum técnico do meio ambiente cometeria essa arbitrariedade; que os empreendedores haviam afirmado que qualidade de vida era a alternativa energética, e sua entidade considerava que o meio ambiente não era apenas ar e água, mas também a vida dos seres que habitavam a região onde se pretendia instalar obras como aquela; que era insustentável a afirmação de que se instalava uma termelétrica sem gerar impacto ambiental; que desafiava os políticos ali presentes a fazerem uma investigação sobre o investimento de 1,123 bilhões de reais do dinheiro público numa obra contrária ao bem-estar da população e à conservação da vida; que os trabalhadores já conheciam parte dos empreendedores, mas ele conhecia pessoalmente uma dessas pessoas, o doutor Augusto Rodrigues, e a este fazia um apelo, o de que, se eles estavam realmente ouvindo os argumentos técnicos, não poderiam deixar de ter conhecimento dos males que a obra causaria à região de Piracicaba, atentando contra a própria vida; que prestava homenagem aos ambientalistas pelo esforço que faziam em defesa das futuras gerações. Leonardo Rios, representante do Sindicato dos Bancários de Piracicaba, fez os seguintes comentários: que era professor da Escola de Engenharia de Piracicaba, especialista em meio ambiente, e analisara com seus alunos o EIA/RIMA da Termelétrica Carioba II, tendo verificado ser este estudo insuficiente, vago e omissos quanto a vários aspectos ambientais; que questionava como o empreendedor iria fazer o reúso da água se iriam ser evaporados 1069m³/h e devolvidos à estação de tratamento apenas 200 m³/h; que reúso significava reutilização da água após um tratamento, e isso não ocorreria com esse empreendimento, pois, se a água devolvida fosse realmente de melhor qualidade, o empreendedor a reutilizaria dentro da própria usina, e, em hipótese alguma, a sujaria de novo para voltar a tratá-la, pois este procedimento implicaria um custo para a empresa; que a utilização dos efluentes da Estação de Tratamento de Esgoto de Americana tinha o objetivo de garantir água para o empreendedor, e este não estaria fazendo nenhuma doação para o Rio Piracicaba; que a operação para a regularização da vazão do Rio Piracicaba implicava um desconhecimento total da qualidade da água do Reservatório de Salto Grande, uma vez que não se podia analisar apenas a quantidade de água; que Salto Grande era um reservatório hiper-eutrófico, ou seja, com grande carga de poluentes de todos os tipos por receber esgoto, sem nenhum tratamento, de diversas empresas e de um terço da cidade de Campinas; que não se poderia regularizar a vazão do Rio Piracicaba usando a água desse reservatório, sob o risco de se comprometer toda a água desse rio; que era necessário elaborar-se um estudo detalhado para a regularização do manejo da água, e não apenas basear-se no volume possível a ser utilizado; e que o reservatório deveria servir não apenas para fornecimento de água, mas também para o turismo. Benedito Jorge, presidente do Conselho Coordenador das Entidades Cíveis de Piracicaba, manifestou-se nos seguintes termos: que o projeto Carioba II era um insulto ao povo piracicabano e de toda região, pois acarretaria escassez de água e piora da qualidade do ar; que não acreditava na eficácia das medidas mitigatórias, pois alguns dos empreendedores não mereciam confiança, como comprovavam alguns fatos recentes; que Carioba II era uma ameaça ao gênero humano e que o povo de Piracicaba lutaria até o fim contra essa ameaça ao seu rio e ao ar que respirava. O Prefeito do Município de Piracicaba, José Machado, pediu ao coordenador da Mesa que lhe fosse concedido



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

fazer uso da palavra naquele momento e, ao ser atendido pelo Secretário Executivo do Consema que levou em conta o clamor do plenário, fez os seguintes comentários: que ele conhecia a Deliberação Consema que regia as audiências públicas, sabia que seu momento de falar não era aquele, e não queria de modo algum transgredir as regras democráticas, mas que, devido ao pedido da comunidade piracicabana de que ele se manifestasse, fizera a solicitação de falar em outra etapa, e não naquela que lhe era legalmente determinada; que, para deixar clara a posição de sua Administração em relação ao Projeto Carioba II, entregava ao Secretário Executivo do Consema um documento elaborado criteriosamente por um grupo de trabalho que fora nomeado por ele e representava todos os segmentos técnico-científicos do Município de Piracicaba; que a conclusão desse estudo era que o EIA/RIMA da UTE Carioba II não apresentava informações suficientes para uma análise do empreendimento e estava muito confuso e vago, e que, diante disso, ficava evidente a insustentabilidade ambiental da implantação dessa usina na região da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba; que solicitava a inclusão de tal documento na Ata daquela audiência pública. (Atendido esse pedido, passa a ser transcrito, na íntegra, tal documento: “Parecer do EIA/RIMA elaborado pela Prefeitura de Piracicaba. **Introdução** - O Rima - Relatório de Impacto do Meio Ambiente da UGE Carioba II é um documento muito vago quanto aos impactos ambientais. O relatório enfatiza muito o empreendimento sem, contudo, se dedicar às questões ambientais, tratando deste tema de uma maneira mais efetiva apenas nas últimas cinco páginas. Mesmo assim, não contém informações que possam esclarecer ao público, com colocações vagas e generalistas do ponto de vista ambiental. Além do mais, contém erros como o da página 32, final do segundo parágrafo: ‘A Figura 5 mostra um esquema simplificado dos impactos sobre os recursos hídricos, bem como de medidas mitigadoras e de projeto para contorná-los’, sendo que a mesma não mostra absolutamente nada disto. Provavelmente, seria a Figura 7 que mostra de uma forma muito simples algo sobre todos estes aspectos de impactos. Fica clara a falta de prioridade para discussão das questões ambientais, pois um dos problemas mais polêmicos e sérios da implantação do empreendimento, “questão da água”, é tratado com apenas uma figura. Na questão da poluição atmosférica, não são discutidos ou apresentados, em momento algum, as concentrações e volume dos efluentes que serão lançados, caso haja implantação. Ao invés de serem apresentados dados da UGE Carioba II, são apresentados dados da conversão da Usina de Carioba (conhecida como Carboniza) do uso de óleo combustível para o gás natural, não esclarecendo nem apresentando dados do empreendimento em questão. De acordo com o Artigo 9 da Resolução 01/86 – Conama, o Relatório de Impacto Ambiental-RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental. (Paulo Affonso Leme Machado, Direito Ambiental Brasileiro, pg.163): O relatório transmite - por escrito - as atividades totais do estudo de impacto ambiental, importando-se acentuar que não se pode criar uma parte transparente das atividades (o RIMA) e uma parte não transparente das atividades (o EIA). Dissociado do EIA, o RIMA perde a validade’. Aspectos hidrológicos - No projeto da usina foi proposto um sistema de resfriamento a água, utilizando torre de resfriamento evaporativa úmida. A opção por tal tecnologia não foi fundamentada nos impactos ambientais que representa. Basta dizer que a captação de água proposta no projeto pode chegar a 1485 m³/h (412/s). Considerando-se um consumo de 250 l/dia/pessoa, seria água suficiente para suprir as necessidades básicas de 140 mil habitantes. Tal situação é ainda agravada pelo fato da maior parte desta água - 1069 m³/h (297 l/s), isto é, mais de 80%, evaporar-se e não retornar ao Rio Piracicaba. As perdas de água equivalem ao consumo de 101 mil habitantes. Há muitos anos, se utilizam tecnologias de resfriamento para usinas termelétricas que operam com circuito fechado de água de resfriamento (torres secas). Em tais sistemas, já utilizados em várias



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

usinas termelétricas instaladas no mundo, se reduz drasticamente a captação de água de reposição, bem como a geração de efluentes. O EIA descartou esta importante alternativa tecnológica, sem qualquer estudo comparativo aprofundado. Fato interessante, também, é a ausência de dados ou de qualquer referência à pluma de vapor que será lançada da torre de resfriamento. A única referência feita é quando se fala da perda de água por evaporação, que a maioria das pessoas confundem com as emissões pelas chaminés. Qual a composição desta pluma? Só vapor d'água? E os antioxidantes e os biocidas que são adicionados ao sistema para evitar a corrosão? Onde estão mencionados tais insumos? Qual é a composição dos mesmos? Qual a concentração destes produtos na pluma de vapor? Subsídios referentes aos recursos hídricos: 1. Índice recomendado pela ONU, considerado suficiente para a vida em comunidade, para o exercício normal das atividades humanas, sociais e econômicas, é de 2.500m³/habitante/ano. 2. Abaixo de 1.500m³/habitante/ano, a situação é considerada crítica. 3. A região de Piracicaba tem índice de 400m³/habitante/ano, portanto, bem abaixo da crítica. (A média do Estado é de 2.900m³/habitante/ano). O estudo aborda as medidas mitigadoras sem profundidade, deixando transparecer um desconhecimento dos impactos ambientais ou uma negligência quanto aos mesmos. Além do mais, apresenta propostas que não lhes dizem respeito, como a implantação de um plano de aumento de disponibilidade de água e o financiamento de projetos de redução de perdas, sem especificar como serão. Além do mais, estas medidas não são de competência de uma UGE - Usina de Geração de Energia. Sem contar que a CPFL, uma das empresas consorciadas, apesar de ser dona da Usina Hidroelétrica de Salto Grande, não é a dona do recurso hídrico, visto que o mesmo é um bem público e deve atender a usos múltiplos. E de acordo com a legislação, em caso de escassez, deve-se priorizar o abastecimento público. A região enfrenta, há anos, problema de falta d'água e deve analisar criteriosamente todo empreendimento que necessite deste recurso, pois a falta de água na região inviabilizará qualquer tipo de desenvolvimento futuro. Efluentes líquidos da usina - De acordo com o EIA, seriam despejados na ETE de Americana 219 m³/h (61 l/s) de efluentes. Quais as concentrações de poluentes na água de purga que vai voltar para ETE de Americana? Como se comportará o tratamento biológico da ETE com a introdução de biocidas, anticorrosivos e sais provenientes do tratamento de osmose reversa? Qual a composição dos efluentes líquidos da UGE que vão retornar para ETE? Se a qualidade do efluente da UGE é melhor que o efluente da ETE, por que não reutilizar esses 219 m³/h? Poluição atmosférica - O EIA –Estudo de Impacto Ambiental da UGE Carioba II, é cientificamente inconsistente, pois não apresenta uma bibliografia citada, nem confronta os dados obtidos nos levantamentos de campo com dados de literatura, quanto aos impactos ambientais. No que se refere às emissões aéreas, existe uma infinidade de artigos científicos em revistas e jornais, bem como livros, que tratam especificamente deste assunto, inclusive artigo do Comitê de Meio Ambiente do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 1992) orientando quanto aos impactos que a implantação de uma usina termelétrica pode causar ao meio ambiente. Este trabalho, de 9 páginas, esclarece muito mais que o relatório inteiro de Carioba II. De acordo com o EIA, a usina termelétrica, se aprovada, lançará diariamente, na atmosfera, 1363 Kg de Material Particulado (MP) e os seguintes gases: Dióxido de Nitrogênio (NO₂) 4372 Kg/dia; Monóxido de Carbono (CO) 2117 Kg/dia; Hidrocarbonetos (HCs) 126 Kg/dia; Dióxido de Enxofre (SO₂) 962 Kg/dia. Efeito na saúde dos gases emitidos pela usina termelétrica - Óxidos de Nitrogênio (NO_x) - Dois NO_x são importantes na poluição do ar: o monóxido de nitrogênio (NO) e o dióxido de nitrogênio (NO₂). O NO, se permanecesse puro, seria um gás praticamente inofensivo e não representaria perigos à saúde. Entretanto, ele se oxida facilmente para NO₂ que é um gás, de odor característico e muito irritante. A pessoa atingida sente imediatamente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ardência nos olhos, no nariz e nas mucosas em geral. Como veremos, há vários outros gases irritantes que causam os mesmos sintomas. O NO_2 reage com todas as partes do corpo expostas ao ar, pele e mucosas, e provoca lesões celulares. Os epitélios (revestimentos celulares) que mais sofrem são aqueles das vias respiratórias, por serem mais sensíveis do que a pele ou os epitélios da boca e da faringe, e, portanto, ocorrem degenerações celulares e inflamações no sistema respiratório, desde o nariz até à profundidade dos alvéolos pulmonares. Em caso de intoxicação grave, instalam-se edemas pulmonares, hemorragias alveolares e insuficiência respiratória, causando morte. Se a exposição for aguda, porém não fatal, ou houver inalação crônica de doses nocivas, teremos doenças respiratórias de vários tipos, dependendo da intensidade e duração da exposição. A mais branda será uma inflamação passageira das mucosas das vias respiratórias. Seguindo em ordem crescente de gravidade aparecerão: traqueites e bronquites crônicas, enfisema pulmonar (dilatação anormal dos alvéolos), espessamento da barreira alvéolo-capilar (dificuldades nas trocas gasosas que ocorrem nos pulmões: CO_2 por O_2) e broncopneumonias químicas ou infecciosas. Assim, uma vez que houver um dano permanente ao sistema de defesa respiratória, o indivíduo estará sempre sujeito a infecções das vias respiratórias e dos pulmões. Tal como outros gases irritantes, o NO_2 é capaz de induzir alterações permanentes ao organismo, especialmente ao sistema respiratório. O dióxido de nitrogênio, assim como o dióxido de enxofre, também pode reagir com o vapor d'água presente na atmosfera e precipitar na terra na forma de chuva ácida. Estudos recentes desenvolvidos pelo CENA-USP demonstram que a região já enfrenta problemas com chuva ácida. Inadmissivelmente, em momento algum, o estudo trata do assunto. Monóxido de Carbono (CO) - O CO é um gás inodoro produzido pela queima incompleta de combustíveis que contém átomo de carbono e seu efeito nocivo está no prejuízo que causa à oxigenação dos tecidos. No nosso sangue temos a hemoglobina que nos pulmões recebe O_2 e elimina o CO_2 e ao nível dos tecidos ocorre ao contrário, livra-se do O_2 e capta o CO_2 . Esse processo é essencial à vida, essas ligações da hemoglobina com os gases O_2 e CO são bastante instáveis sendo facilmente realizado pelo organismo. A periculosidade do CO resulta da estabilidade do complexo $\text{CO} + \text{hemoglobina}$ (Carboxihemoglobina), em que o mecanismo de troca fica prejudicado; a hemoglobina não consegue se livrar do CO , não pode trocá-lo pelo O_2 e, conseqüentemente, oxigenar o organismo. É por isso que o CO é um asfixiante sistêmico. Caso tenhamos mais que 20% da hemoglobina saturada com CO já aparecem os sintomas de hipoxia. Acima de 60% ocorre a perda de consciência e morte. Por ser um gás inodoro, não é percebido podendo ocorrer intoxicações graves, levando à morte. Oxidantes Fotoquímicos - O óxido de nitrogênio, depois de sua emissão e sob a ação da luz solar, pode reagir com outras substâncias existentes na atmosfera, formando os chamados oxidantes fotoquímicos na troposfera, camada da atmosfera onde respiramos. Os principais são: o ozônio, aldeídos, cetonas e peróxidos. O ozônio é considerado o oxidante fotoquímico mais importante. Enquanto na estratosfera nos protege dos raios ultravioletas; ao nível do solo está relacionado a afecções respiratórias e envelhecimento precoce. Seu efeito é sentido, não somente nas pessoas idosas como também em atletas. Os efeitos negativos do ozônio na saúde pública e nos ecossistemas são reconhecidos pela Cetesb em seu Relatório Anual de Qualidade do Ar [www.cetesb.sp.gov.br]. Tais efeitos também são abordados em vários estudos realizados no exterior. A esse respeito, convém consultar, entre outras fontes, a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (www.epa.gov). Vale registrar que os efeitos do ozônio podem ser verificados a mais de 50 km dos principais focos de emissões de NO_x , conforme pode ser atestado em estudos da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (www.epa.gov) e do EPRI - Electric Power Research Institute/USA [Environment Update, september, 1995, Vol.9, n.º 3]. Tais problemas são de natureza



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

regional e a cidade de Piracicaba pode sofrer os efeitos da poluição atmosférica provocada pela usina, caso seja aprovada. Lamentavelmente, o EIA não apresenta um estudo das contribuições dessa termelétrica para a formação de ozônio. Se o fizesse, não deveria ser nos moldes do que foi apresentado no EIA, que tratou os impactos na qualidade do ar como um problema local. Neste aspecto, o estudo apresentado pelo empreendedor também não atende às exigências contidas nos Termos de Referência elaborados pela SMA, conforme Parecer Técnico CPRN/DAIA - 098/2001. 'Para o caso específico do SO₃, deve ser efetuada uma análise do impacto do empreendimento relativa às emissões de NO_x e HC (não metano), estimando-as em relação ao emitido na área de influência. Além disso, deve ser apresentada uma análise do potencial na formação de ozônio, na região, em decorrência das emissões de NO_x e HC do empreendimento'. Os oxidantes PAN, O₃, aldeídos e outros formam o famoso "Smog" fotoquímico, parte daquela nuvem marrom-avermelhada que se forma em dia quente de inverno paulistano, que irrita os olhos e a garganta. Sua ação tóxica deve-se principalmente à capacidade de oxidar proteínas, lipídeos e outras substâncias químicas integrantes das células, lesando ou matando as mesmas, dependendo da sua concentração e tempo de exposição. Assim os oxidantes fotoquímicos agravam a ação irritante de outros poluentes e intensificam as inflamações e infecções do sistema respiratório. Na avaliação dos impactos na qualidade do ar, o EIA não considera as fontes de emissões atualmente existentes na região. Como a consideração destas fontes é fundamental para uma adequada modelagem dos poluentes atmosféricos, se pode dizer que os resultados do EIA não são representativas, nem traduzem a situação atual e futura da região, em termos de qualidade do ar. O EIA-RIMA indica pequena influência da termelétrica a gás natural na saúde pública, aumentando em número, não avaliado estatisticamente, as internações causadas por doenças de origem devidas à poluição. Segundo a tabela fornecida, as emissões de poluentes atmosféricos, principalmente o NO_x, são consideráveis, a ponto de ser a principal fonte individual das emissões de óxidos de nitrogênio na bacia do Rio Piracicaba, se instalada a usina, portanto, será a maior causa do aumento da concentração de ozônio da região. A quantidade de ozônio que depende das concentrações do NO_x e do HC e de fatores meteorológicos, torna a sua monitoração complexa, dificultando a avaliação do seu verdadeiro impacto na saúde pública. Não há poluição sem prejuízo à saúde, portanto, devemos analisar o custo-benefício do projeto Carioba II que, no nosso caso, ficaremos com todos os custos. Alternativas locais e tecnológicas - O estudo está muito inconsistente e deixa clara a opção de atribuir maior peso aos aspectos econômicos, na escolha da localização, já que o próprio estudo concluiu que, de acordo com os aspectos ambientais, Americana e Campinas obtiveram as piores pontuações para implantação do empreendimento, conforme tabela 7.5 página 49 vol. I e conclusão na página 50. A metodologia é muito simplista para o empreendimento em questão. Quem atribui os pesos para os vários impactos nas diferentes localizações? Na verdade, não foi realizado, de fato, um estudo de alternativas locais e tecnológicas. De acordo com o Artigo 6 da Resolução 01/86 - CONAMA, uma das exigências mínimas no EIA é a "análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através da identificação, previsão de magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos, diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazo, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas". Resíduos sólidos - Quanto aos resíduos sólidos, não existe uma caracterização nem qualitativa, muito menos quantitativa dos mesmos. Fica só a certeza de que terão resíduos perigosos e que os mesmos serão dispostos de acordo com a legislação. Que tipo de resíduo sólido perigoso será gerado? Em que parte do processo? Provenientes de que insumos? Se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

não existem aterros industriais na região, onde serão colocados? Como serão acondicionados na UGE antes de serem enviados ao aterro? Conclusão - Um estudo de impacto ambiental não deve ser um documento de promessas vagas. Deve ser um documento sério, por meio do qual são demonstradas as técnicas e os processos que serão implementados para minimizar os impactos negativos e as medidas compensatórias a serem adotadas, baseados em estudos e experiências prévias, descritas em literatura especializada com detalhamentos técnico-científicos, visando uma análise criteriosa por parte da sociedade, Onde estão as referências bibliográficas? Qual é a base deste estudo? O EIA/RIMA é um contrato no qual devem estar explícitas as obrigações, deveres e direitos de cada parte envolvida, no caso a UGE Carioba II e a sociedade da região, pois, é a partir dele que serão fiscalizadas a implantação e a operação do empreendimento. Concluindo, o RIMA de UGE Carioba II não apresenta informações suficientes para uma análise do empreendimento e está muito confuso e vago. Diante do exposto, fica evidente a insustentabilidade ambiental da implantação da UGE Carioba II na região da Bacia hidrográfica do Piracicaba. Bibliografia citada. BANCO MUNDIAL, (1992). Proyetos Termoelectricos. In: Libro de consulta para evolucion ambiental. Depto Medio Ambiente, trabajo tecnico n.º 154, pp. 75 - 83. Piracicaba, 1.º de junho de 2001. Grupo de Trabalho de Análise do EIA/RIMA de Carioba II : Juan Antonio Moreno Sebastianes, José Augusto Rego Barbos Seydell, Leonardo Rios, Maria Helena Santini Campos Tavares, Dulce Inês Insfran Guimarães de Oliveira, Marcelo Pitta Coelho, Paulo Kageyama, Plínio Barbosa de Camargo, Marcelo Meneghin, André Luis Ferreira, Egídio Mauro Filho, Dairo Bicudo Piai.”). O Prefeito Municipal de Piracicaba fez ainda os seguintes comentários: que todos da região já estavam conscientes da fragilidade ambiental dos recursos hídricos, pois sua situação era absolutamente crítica; que um projeto da magnitude de Carioba II era insustentável e isso era demonstrado pelos dados; que havia um consenso em Piracicaba e a posição apresentada no relatório não era pessoal ou partidária; que se dirigia aos empreendedores, em relação aos quais e à sua empresa ou ao consórcio nada possuía que o tornasse contrário aos seus interesse, com o objetivo de garantir o futuro de sua comunidade; que Piracicaba era uma cidade universitária e tinha nível técnico-científico para discutir esse empreendimento com qualquer autoridade do País, e que aquilo que mobilizava a população era a paixão pelo seu rio, que vinha sendo desrespeitado desde a implantação do Sistema Cantareira; que, se no passado projetos eram impostos pelo regime militar, hoje o povo conquistara o legítimo direito de se manifestar; que a população de Piracicaba era contrária à implantação de Carioba II, apesar da crise energética, em relação à qual a população não tinha responsabilidade, mas, sim, o governo, pela falta de planejamento; que pedia aos empreendedores sensibilidade para compreender o que se passava naquela região, pois, se desejavam ter parceria com a comunidade local, não poderiam tentar forçar a aprovação de uma obra que a maioria não queria; e que ele lutaria para que o Comitê de Bacia também se pronunciasse dando aval àquela mobilização cidadã e democrática. Carlos Consomagno, representante da Loja Maçônica Liberdade e Trabalho, depois de pedir que toda atenção fosse dada ao abaixo-assinado da cidade de Piracicaba, assinado por 70 mil pessoas, através do qual a população da cidade se posicionava contrariamente à implantação da Termelétrica Carioba II, solicitou lhe fosse permitida a exibição de um vídeo mostrando como ficaria a situação caso fosse implantada essa usina nessa região. Dulce Inês Oliveira, representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba, expressou-se nos seguintes termos: que a população estava enfrentando um adversário poderoso, embora ele não tivesse tanto poder frente àquela maciça manifestação pública; que o consórcio formado pela Intergen, Shell e CPFL recusava-se a aceitar a vontade de 70 mil habitantes da região que se haviam manifestado, por meio de um abaixo-assinado,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

contrariamente à implantação de Carioba II; que o público ali presente era constituído por pessoas inteligentes que não se deixavam iludir por promessas vagas e pela ameaça do apagão; que a posição contrária à instalação dessa usina era reforçada pela análise do EIA/RIMA, que, apesar de possuir setecentas páginas, era vago e incipiente; que uma cena histórica e rara estava acontecendo em Piracicaba, cujos vinte e hum vereadores, independentemente de seu partido político, eram contrários à instalação dessa termelétrica; que diversas entidades da cidade, entre elas o Conselho Coordenador das Entidades Cíveis de Piracicaba, também eram contrárias à instalação de Carioba II; que os técnicos das universidades vinham-se dedicando exaustivamente ao estudo de alternativas que amenizassem a crise energética, apontando para outras tecnologias de geração de energia mais compatíveis com o suporte hídrico, ambiental e social da região piracicabana; que Carioba II, caso viesse a ser construída, produziria apenas 1200 MW de energia, e isso não garantiria sequer o abastecimento dessa região; que toda a energia seria jogada na rede, que era interligada, não havendo nenhuma razão para que o empreendimento fosse obrigatoriamente construído ali; que aquela obra poderia ser implantada em qualquer lugar que possuísse recursos hídricos suficientes para suportar o consumo de 420 litros por segundos e a evaporação de 250 mil litros por dia, e que esse não era o caso do Rio Piracicaba; que não se podia acreditar em promessas vagas do empreendedor de que iria aparecer cinco vezes mais água no rio. Antônio Mentor, representante do Centro de Estudo de Defesa da Cidadania, fez as seguintes colocações: que cumprimentava o produtor do vídeo que fora apresentado há pouco, pela relevância dos fatos ali mostrados; que os principais valores para se avaliar o empreendimento deviam ser humanitários, e que não se poderia deixar levar pelas questões numéricas e econômicas em detrimento da vida; que o empreendedor havia colocado vários anúncios sobre o ICMS, mas que, a partir das informações constantes no EIA/RIMA, não havia como o Município ganhar a quantia propalada pelo empreendedor, de 30 milhões de reais, e que, apesar de não ter interesse de discutir essa questão financeira, aceitava o desafio de demonstrar a verdade; que pedia tolerância para com aqueles que estavam defendendo a construção da termelétrica, pois eles estavam sendo induzidos pelas falsas informações veiculadas pelos meios de comunicação, não apenas no que se referia ao ICMS, mas também ao impacto ambiental, ao desenvolvimento econômico e à venda de energia para outros Municípios; que a posição contrária à implantação dessa usina baseava-se também nos constantes e fatais erros cometidos pela Shell e pela Intergen em todos os lugares onde haviam instalado alguma atividade, haja vista os desastres ocorridos na Nigéria, Estados Unidos e em Paulínia, no Recanto dos Pássaros. Roberto Moraes, representante da Associação Brasil-Parkison de Piracicaba, expôs as seguintes opiniões: que, no dia 8 de maio de 2001, acontecera na Assembléia Legislativa de São Paulo a instalação oficial da Frente Parlamentar de Defesa do Rio Piracicaba e que essa frente recebera assinaturas das quatorze bancadas e, portanto, de todos os partidos com assento na Assembléia Legislativa e de quase a metade dos Deputados daquela Casa; que, como Deputado e representante de Piracicaba, jamais poderia admitir que o rio que dava nome a sua cidade fosse novamente ultrajado e sacrificado como o fora para o Projeto Cantareira do então governador-biônico, Paulo Maluf; que a retirada de água pelo Projeto Cantareira não era igual àquela que seria feita por Carioba II, razão por que se colocava frontalmente contrário à instalação dessa usina e de mais esse atentado ao Rio Piracicaba; que ninguém ali era contrário à geração de energia, mas o que não se admitia era acabar com a água desse rio; que não aceitava o argumento de que a não-construção de Carioba II viria concorrer para o “apagão”, porque a produção dessa usina sozinha não iria neutralizar a irresponsabilidade do Governo Federal; que Piracicaba permaneceria unida e lutaria junto com outras cidades da região pela preservação de seu rio; que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

registrava seu protesto contrário à manifestação de pessoas que vieram da Baixada Santista para tumultuar essa audiência, pois haviam sido pagas para isso, pois elas deveriam deixar a população piracicabana resolver os seus problemas, e que nenhuma pressão sobre ela surtiria efeito, porque ela estava muito bem amparada e representada; que louvava a iniciativa do “Jornal de Piracicaba” em encabeçar o movimento contrário à instalação da Termelétrica Carioba II e o parabenizava também pelo recolhimento de 70 mil assinaturas; e que tinha certeza de que a entrega do abaixo-assinado ao Governador Geraldo Alckmin faria com que o governo estadual revisse sua posição e passasse a apoiar o movimento contrário à Carioba II. Francisco Henrique Cornejo Cervelo, representante da Sodemap, fez as seguintes declarações: que aquele era um momento histórico, porque se conseguira mostrar que diante da união de uma cidade o poder econômico pouco valia; que a termelétrica iria destruir o potencial turístico do Município de Piracicaba e iria tirar mais empregos do que gerar; que indagava sobre o que seria feito caso as termelétricas fossem desativadas no futuro, pois temia a repetição do processo de desativação das subestações elétricas da Fepasa, cuja negligência expôs a população à ação de materiais perigosos como o mercúrio; que as ferrovias usavam mercúrio como condutor elétrico, e nada garantia que não passassem também a usar esse metal em alguma etapa do processo de geração de energia; que naquele dia o jornal “Gazeta Mercantil” veiculara a notícia de que o Governo Federal diminuía, para seis meses, o prazo para que as termelétricas se beneficiassem dos mecanismos de compensação da variação cambial do dólar, a ser bancada pela Petrobrás, e isto significava que o Governo Federal iria colocar ainda mais dinheiro público nos projetos; que uma fonte não identificada da Agência Nacional de Petróleo dissera que qualquer mudança no preço do gás da Bolívia iria refletir no Brasil; que a outra notícia gravíssima, também publicada no jornal a “Gazeta Mercantil”, informava que a Termelétrica de Macaé, implantada no Estado do Rio de Janeiro, teria sua capacidade ampliada de 700 MW para 870 MW, e que, em função disso, não havia garantia de que esta mesma medida fosse adotada por Carioba II; que um representante do empreendedor do grupo El Paso, responsável pela usina de Macaé, declarou que haveria um choque na oferta de energia e que deveriam ser uniformizados os processos de licenciamento ambiental, como se fosse possível considerar igualmente o meio ambiente de regiões diferentes; que, em virtude da divulgação que estava sendo feita sobre a tentativa de se passar por cima dos relatórios ambientais, pedia aos representantes do Ministério Público que averiguassem a veracidade dessa notícia; que pedia aos comerciantes, empresários e sindicatos com atuação no Município de Piracicaba que financiassem vários ônibus para que a população da cidade participasse da audiência pública que se realizaria na cidade de Americana na semana seguinte; e que pedia à platéia um minuto de silêncio pela morte simbólica do Rio Piracicaba. Observado o minuto de silêncio, Maria da Gloria Silveira Mello, representante da Sociedade Amigos do Museu, declarou que as multinacionais defendiam a saúde e a qualidade de vida das futuras gerações dos Países do Primeiro Mundo, mas que essas mesmas empresas usavam os Países Pobres para explorar os trabalhadores e gerar produtos poluentes, e que a população de Piracicaba tinha de dar o exemplo de resistência e ética contra esse tipo de barbaridade. Antônio Jânio Fernandes, representante do Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente, Energia e Sociedade da Unimep, manifestou as seguintes opiniões: que gostaria de saber como os empreendedores podiam garantir o aumento do volume da água do Rio Piracicaba e que, se eles detinham esse poder, que agissem da mesma maneira no Nordeste, que era tão carente de recursos hídricos; que a população de Piracicaba, nessa audiência, estava dando uma aula de democracia, e que, se todos imaginavam que o regime de escravidão havia sido extinto no mundo, que analisassem a situação de Goa, onde uma das empresas componentes do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

consórcio de Carioba II utilizava mão-de-obra escrava na produção do petróleo; que muitas batalhas ainda deveriam ser travadas contra a instalação dessa termelétrica e que a luta de Piracicaba deveria se estender para as outras cidades; e, por fim, que parabenizava a Promotoria Pública pela coragem em enfrentar o Governo Federal. Luiz Vicente Alves da Silva, representante do Centro Comunitário Jardim Itapuã, fez as seguintes assertivas: que acompanhara as audiências anteriores realizadas sobre Carioba II e ouvira muitas coisas que o deixaram triste, como a afirmação de que a população de Piracicaba era contrária à implantação dessa termelétrica sem nenhum motivo sério; que aquela audiência era a prova de que Piracicaba dava o seu não de forma consciente e sabendo o que fazia, enquanto muitas pessoas que apoiavam a instalação dessa termelétrica o faziam por mero casuísmo ou interesse financeiro; que, no início desse processo, não possuía grande conhecimento sobre esse empreendimento, mas que fora atrás de informações a partir das quais pudesse sustentar o seu posicionamento, e que muitos técnicos já tinham apontado as falhas no projeto; que não se podia aceitar os argumentos do empreendedor de que regularia a vazão do Rio Piracicaba estipulando o índice pluviométrico por dez anos, pois se sabia que as chuvas naquela região não possuíam tal regularidade; que um informe publicitário destinado a empreendedores de energia anunciava que na região se pretendia instalar mais seis termelétricas e que, se a população aceitasse a primeira, as outras viriam com mais facilidade; que a empresa Gerasul, um concorrente de Carioba II, pretendia instalar uma outra termelétrica no Município de Americana, com uma potência de 300 MW, e seu presidente, Manoel Arlindo Zanone Torres, afirmara que, para se obter a total eficiência de uma termelétrica, era necessário minimizar-se seu custo, e que, no mesmo dia em que foi feita esta declaração, um físico da Unicamp, Rogério César de Cerqueira Leite, deu uma entrevista à Rádio Jovem Pan dizendo que o gás da Bolívia não duraria mais do que dez anos, e perguntava qual seria o combustível que as termelétricas utilizariam depois desse período; que estava se tentando reverter o modelo da matriz energética, que era a hidrelétrica, e que, se efetivamente isso acontecesse, as hidrelétricas ficariam obsoletas; que o grande problema da energia não era a falta de produção e, sim, de linhas de transmissão, e que o contrato de concessão que estava sendo feito com as termelétricas lhes dava garantias de que, se houvesse variação do dólar ou outros contratempos, o custo a mais que isso representasse seria repassado para as tarifas, incidindo diretamente sobre a população. José Luiz Ribeiro, representante do Sindicato dos Metalúrgicos, expressou-se nos seguintes termos: que a Força Sindical abraçara a causa da defesa do Rio Piracicaba e que a paralisação das vias de tráfego da cidade tinha sido um prova disso; que já sofrera muito durante o regime militar, apanhando e tendo seus direitos políticos cassados, e que não iria se calar; que ele e seu grupo haviam sido agredidos, nas audiências anteriores, pelas pessoas vindas de Cubatão, mas que isso não ocorreria novamente, porque ele estava em sua cidade e as pessoas contrárias à Carioba II eram a maioria; que o Rio Piracicaba pertencia às futuras gerações e não se podia deixar a Shell fazer em Piracicaba o que já fizera em Paulínia, pois a população piracicabana não tinha medo de patrões e continuaria protestando, enquanto pudesse fazê-lo, contra a instalação dessa usina; que a população piracicabana, e também seu rio, não estavam à venda por preço nenhum, e que encaravam a tentativa de se implantar essa usina como uma guerra, havendo a disposição de se dar a própria vida para salvar a do rio. José Luiz Simões, representante da Coordenadoria Municipal da Juventude, expressou-se nos seguintes termos: que seu discurso não fora preparado antecipadamente, mas surgiria espontaneamente, motivado pela paixão e pelo desejo de defender o Rio Piracicaba; que quem elaborara o folheto que o empreendedor distribuía ou era mal intencionado ou não lia jornais, pois estes denunciavam a corrupção do Governo Federal, governo este que não poderia ser levado a sério,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

pois não tinha planejamento energético e comprava os Deputados para evitar a CPI; que não queria entrar na questão técnica, mas que lia alguns dados elaborados por técnicos e entidades civis de Piracicaba, segundo os quais Carioba II retiraria 21 milhões de litros de água por dia do Rio Piracicaba, poderia gerar chuva ácida, câncer e doenças respiratórias num raio de 100 km, consumiria 1/3 do gás importado pelo Brasil para substituir o óleo diesel e poderia transformar aquela região numa Cubatão do “Vale da Morte”; que Piracicaba era uma cidade que planejava o seu futuro, como demonstrava o projeto Piracicaba 2010, e que não aceitaria a imposição de empresas que, apesar de sérias, corriam o risco de sujar seus nomes caso insistissem em implantar esse empreendimento naquela região, pois não queria desenvolvimento e progresso a todo custo, mas, sim, com qualidade de vida. José Pedro Leite da Silva, representante do Clube dos Advogados, fez as seguintes colocações: que seu discurso não se dirigia à platéia, majoritariamente contrária à Carioba II, mas aos conselheiros do Consema; que a instalação dessa usina naquela região seria um retrocesso na tentativa de se recuperar o Rio Piracicaba; que o povo de Americana acreditara nas mentiras ditas pelo empreendedor de que essa usina geraria empregos e ICMS, o que era um absurdo; que também era inadmissível que professores universitários não tivessem a vergonha de falsear dados, atribuindo ao Rio Piracicaba a vazão de 165m³, quando esta, na verdade, não passava de 40 m³; que uma grande farsa fora montada para ludibriar a população de Americana, inclusive a promessa de aumento da arrecadação de ICMS em milhões de reais; que não tinha dúvida de que o Ministério Público se manifestaria ali como fizera em Cubatão, impedindo a construção da usina, e que também o Consema se manifestaria contrariamente à instalação dessa obra. José Aparecido Longato, representante do Rotary Clube de São Paulo, colocou as seguintes opiniões: que ele, como todos os outros Vereadores do Município de Piracicaba, estavam engajados na luta contra a instalação desse projeto, e que tudo o que era feito no Estado de São Paulo era direcionado para a Capital, como o Projeto Cantareira demonstrara ao retirar metade da água do Rio Piracicaba para abastecer 60% da RMSP; que, naquela época, isso acontecera porque se vivia sob o regime da ditadura militar e Piracicaba não pudera fazer um movimento como o que ora acontecia; que aprendera com seu pai a respeitar esse rio, pois sem água não havia vida; que lera o relatório elaborado pelo grupo técnico da Prefeitura e concluía que o EIA-RIMA era de fato bastante falho, senão mentiroso, e que tais falácias não poderiam ser aceitas; que o dinheiro não poderia continuar comprando a dignidade das pessoas, e que, embora elas estivessem, nesse momento, se batendo contra o mais poderoso dos inimigos, o poder econômico, lutariam até o fim pela defesa de seu rio; que recentemente descera por esse rio de barco e vira o rastro de óleo que Carioba I nele lançava, o qual, com certeza, sucumbiria se tivesse de receber os resíduos que nele seriam lançados por Carioba II, caso fosse instalada; que cabia a população defender o futuro de seus filhos e que Piracicaba estava de parabéns pela coragem e demonstração de cidadania. Antônio Osvaldo Estorel, representante da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas, expôs as seguintes opiniões: que enfatizava a grande responsabilidade que pesava sobre os ombros dos conselheiros do Consema ao decidirem sobre o Projeto Carioba II; que não era a primeira vez que um EIA/RIMA era divulgado, sustentado apenas pela dimensão econômica, deixando de lado os aspectos biológico, ambiental e humano; que o EIA/RIMA de Carioba II fora analisado por um grupo técnico nomeado pelo Prefeito de Piracicaba, o qual demonstrara a total fragilidade do aspecto ambiental, tanto em relação às questões hídricas como as relativas à poluição do ar; que pedia aos conselheiros que ouvissem o clamor da cidade de Piracicaba contrário à usina e em defesa de seu rio; que o poder econômico que sustentava aquele relatório era muito poderoso, influenciando a população com mentiras através da mídia, e que isso deveria ser



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

analisado pelos conselheiros; que, por trás da fachada de solução para a crise energética, Carioba II escondia um desleal ataque ao meio ambiente e desrespeito aos cidadãos de toda uma região do Estado de São Paulo; que a decisão a respeito de Carioba II deveria ser tomada com toda consciência cívica, social, moral e ecológica, e que tinha certeza de que os conselheiros decidiriam, não em favor desse empreendimento capitalista, mas da vontade da população de viver ecologicamente. Lauriza Maria Jorge Contelazi, representante da Associação das Funerárias de Piracicaba, manifestou-se nos seguintes termos: que era médica pediatra e membro do Partido Verde e, portanto, uma pessoa totalmente responsável pela preservação do ser humano desde a sua infância; que era descendente de indígenas, e o ideal de preservação da natureza de seus ancestrais permanecia vivo dentro dela; que muitas pessoas tornavam o mundo cada vez pior porque só pensavam de forma egoísta e usavam sua inteligência apenas em benefício próprio; que denunciava a situação crítica da água da Bacia do Rio Piracicaba, onde a disponibilidade era de 408 m³/habitante; e que a razão pautara suas conclusões, mas suas ações eram guiadas pela paixão à vida. Antônio José Boldrin, representante do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Piracicaba, expôs os seguintes argumentos: que acreditava que aquela audiência entraria para a história de Piracicaba porque impediria que este louco empreendimento que desejavam implantar na região fosse aprovado; que não se devia ser contra o progresso e o desenvolvimento, mas isso deveria ser conseguido de forma planejada e responsável; que a crônica incompetência e má vontade dos governantes levaram o País àquela crise energética e não cabia ao povo pagar o prejuízo; que as discussões sobre esse assunto deveriam ser acompanhadas com toda atenção para se perceber que os empreendedores não mereciam nenhuma confiança; que o consórcio vinha mentindo de forma escandalosa, tentando ludibriar a todos com um EIA/RIMA vago e confuso; que a Resolução Conama 01/86, precisamente seu Artigo 6º, exigia que, para a implantação de um empreendimento em qualquer região do País, deveria ser elaborado um EIA e feita a análise das alternativas locais e tecnológicas, e que o EIA/RIMA de Carioba II não atendia essa exigência legal; que o relatório levava em consideração as emissões, num raio de 7,5 Km da base operacional, dos poluentes que formavam o ozônio, embora se soubesse cientificamente que esses poluentes poderiam ser emitidos num raio de 50 Km; e que todas essas irresponsabilidades do empreendedor deveriam ficar bem caracterizadas e serem levadas em consideração pelos conselheiros no momento da deliberação. Ivete Madeira, representante da Associação dos Moradores do Parque Piracicaba, defendeu as seguintes idéias: que parabenizava os técnicos que tinham elaborado o relatório pedido pelo Prefeito; que a população de seu bairro, apesar de ser pobre, sempre estava discutindo o que acontecia na cidade e na região e que ela tinha consciência de que não seria com Carioba II ou com mega-investimentos que a situação dos pobres iria melhorar, mas, sim, com a conservação do Rio Piracicaba e com a implantação de projetos que levassem a um desenvolvimento sustentado; que nenhuma gota de água a mais poderia ser retirada daquele rio, e que não seriam as termelétricas que resolveriam o problema dos apagões, cuja responsabilidade era dos políticos desde o tempo da ditadura militar. Aparecida Gregolin Abe, representante da Associação dos Artistas Plásticos de Piracicaba, manifestou-se nos seguintes termos: que os artistas de Piracicaba há 233 anos se inspiravam naquele rio que os empreendedores estavam tentando matar; que não se podia permitir a construção daquela usina, que levaria o pouco de água que restava depois do “roubo” feito pelo Projeto Cantareira; que o poder econômico queria sufocar a população, mas não conseguiria isso porque em Piracicaba 70 mil pessoas haviam-se manifestado contrárias à implantação do Projeto Carioba II, conscientes de que esse empreendimento não seria bom para a região; que reconhecia a necessidade e a importância da geração de energia, mas havia outras formas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de buscá-la que não afetasse tanto o meio ambiente; que a região não tinha mais de onde retirar água e a termelétrica acabaria com sua última e exígua fonte; que não se podia permitir a instalação irresponsável daquele empreendimento sob o risco de as futuras gerações cobrarem a adoção de tal medida; que, no dia 18 de março de 2000, a CPFL colocara no Rio Piracicaba milhares de alevinos, tendo essa atitude sido aplaudida por toda a cidade, mas que, um ano depois, esse mesmo empreendedor pretendia implantar uma obra que mataria todos os peixes; que Piracicaba estava de parabéns pela demonstração de civilidade na defesa de seu rio, e esperava que sua luta fosse vitoriosa. Gustavo Herman, representante da Associação dos Moradores do Jardim Ipanema, manifestou-se nos seguintes termos: que muito se falara sobre o impacto ambiental, e estava claro para os piracicabanos que esse impacto seria extremamente danoso ao rio; que, além do impacto ambiental, deveria ser observado e questionado também do modelo energético proposto pelo Governo Fernando Henrique, responsável pela privatização, a toque de caixa, das estatais energéticas, embora as geradoras continuassem em suas mãos, pois ele seguia rigorosamente a “cartilha do FMI”, que ditava a norma de que não se podia investir em energia; que esta era a razão da construção de cinquenta termelétricas, que, embora pertencessem ao capital estrangeiro, eram financiadas pelo BNDES; que o Governo Federal enganara o povo por muito tempo, mas que essa situação teria fim, pois a população se conscientizara. Moisés Boscolo, representante da Associação de Capoeira União Baiana, expôs os seguintes argumentos: que estava orgulhoso de ser piracicabano pela coragem demonstrada por sua cidade, pois tivera discernimento suficiente para entender que Carioba II provocaria uma grande tragédia no meio ambiente de toda a região; que, quinze dias antes daquela audiência, participara de uma reunião no centro cívico para discutir a questão dos apagões e ali fora exibido o exemplar de um jornal de 1993, no qual já se noticiava a iminência da falta de energia, o que demonstrava que já se conhecia esse problema há vários anos mas que o governo nada tinha feito para evitá-lo; que Carioba II não resolveria o problema da falta de energia, até porque nem ficaria pronta de imediato nem diminuiria em nada essa dificuldade; que a cidade de Piracicaba deixara claro que não era contrária à geração de energia, mas apenas à instalação de Carioba II na região, que já se encontrava carente de recursos hídricos; que tivera acesso a um estudo que falava dos impactos provocados pelos ruídos, pois cada turbina geradora de Carioba II emitiria um ruído equivalente a 10 turbinas de avião, algo muito acima dos limites toleráveis, e que esse era só mais um problema que se acrescentaria aos inúmeros outros inconvenientes a serem causados por essa usina; que, em uma matéria publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, o presidente da Siemens, a empresa produtora das turbinas, afirmara que sua empresa não tinha condições de entregar mais nenhuma turbina para termelétricas até 2004, e que, ao final, essa matéria concluía que seriam as estatais que bancariam a construção das usinas; e que, acima de tudo, a cidade de Piracicaba não poderia aceitar mais aquele atentado contra o seu rio. Márcia Pacheco, representante do Centro Comunitário Santa Terezinha, expôs as seguintes opiniões: que se dirigia principalmente aos conselheiros do Consema, pois quase todos na platéia eram contrários à instalação de Carioba II; que a primeira preocupação de qualquer empreendimento de grande vulto deveria ser com a saúde da população; que a produção de energia por termelétrica gerada por derivados de petróleo era prejudicial ao meio ambiente e, conseqüentemente, à saúde pública; que todos conheciam que o modelo nacional de geração de energia elétrica estava centrado na sua produção através do aproveitamento dos recursos hídricos, e que mudar este modelo consorciando-o com a produção térmica constituiria a solução que provocaria poluição atmosférica, agressão aos recursos hídricos e agravamento no preço da eletricidade; que, para compensar a falta de investimento adequado no setor



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

energético nos últimos 20 anos, o governo elaborara o plano desesperado de instalar quarenta e nove termelétricas, utilizando, para financiar essa instalação, o dinheiro público, através das linhas de crédito do BNDES, embora essas usinas fossem propriedades privadas e agredissem o meio ambiente; que Carioba II exigiria o consumo de gás importado da Bolívia, e que esse gás seria pago em dólar e o contrato firmado entre o Brasil e a Bolívia, cuja vigência era de vinte anos, previa que o reajuste do preço do gás acompanharia a elevação do preço do óleo; que o preço do kW/h gerado pelas termelétricas seria, apesar dos subsídios oferecidos pelo governo, muito mais alto do que aquele gerado pelas hidrelétricas, e que isso ocasionaria uma defasagem nos lucros, como estava acontecendo na Califórnia, cuja única solução era aumentar o preço da energia para os consumidores; que os empreendedores e seus técnicos, quando elaboraram o EIA/RIMA, desconsideraram que os índices mundiais de consumo de água estabeleciam a necessidade de 2500 m³/água/habitante/ano, e que a média do Rio Piracicaba era de apenas 400 m³/água/habitante/ano; que o Piracicaba era um rio que deveria ser recuperado e preservado, e não mais degradado por mega-empreendimentos; que o EIA/RIMA de Carioba II, da forma como fora elaborado, registrava falhas que o invalidavam; que um grupo da Unimep, bastante conceituado na área de direito ambiental, analisara, sob a coordenação do professor Paulo Afonso Leme Machado, o EIA/RIMA e concluíra que este documento nem deveria subsidiar a audiência pública, tão falho se apresentava; e que, vistas todas essas irregularidades, conclamava os conselheiros a ajudarem a escrever uma página na história daquela região do Estado de São Paulo, negando a licença de instalação à Carioba II. José Otávio Machado Mentem, representante da Fundação Piracicabana para o Desenvolvimento da Criança, defendeu os seguintes argumentos: que falava em nome das futuras gerações de Piracicaba, pois seriam elas que teriam de conviver com as eventuais conseqüências da instalação de Carioba II; que enaltecia a audiência pública por ser um espaço de exercício da cidadania e da democracia; que Piracicaba estava dando um exemplo de participação consciente, baseada na opinião de especialistas e técnicos; que aquele movimento que estava ocorrendo em Piracicaba era inédito, e lamentava que algo semelhante não tivesse ocorrido à época em que se implantou o Projeto Cantareira, quando a comunidade foi totalmente excluída das discussões; que o povo de Piracicaba pagava muito caro pela falta d'água provocada pela implantação do Projeto Cantareira, mas que, mesmo assim, não estava tendo o apoio necessário das comunidades que dele se beneficiaram; que Piracicaba era um exemplo no tratamento do esgoto, pois a lei orgânica desse Município previa que, até 2003, 100% do esgoto da cidade seria tratado, razão por que não se podia dizer que a água a ser utilizada por Carioba II seria contaminada; que chamava a atenção para o fato de o Projeto Carioba contemplar a implantação de seis termelétricas no Vale do Piracicaba, pois a soma das ações prejudiciais ao meio ambiente provocadas por todas essas usinas seria nefasta aos recursos hídricos e à qualidade do ar; que um aspecto pouco explorado fora a possibilidade da ocorrência de chuvas ácidas e que, na Alemanha, a Floresta Negra tinha grandes claros de devastação provocados por essas chuvas geradas por NOx e outros poluentes lançados por termelétricas; que a região já estava extremamente frágil do ponto de vista ambiental, e não se podia admitir a implantação de empreendimento que viesse a piorar ainda mais essa situação; e que esperava que todos os conselheiros levassem estes argumentos em consideração no momento de deliberar sobre Carioba II. Euclides Busetto, representante da Associação dos Professores Estaduais de São Paulo, manifestou-se nos seguintes termos: que as consciências e os corações dos empreendedores estavam endurecidos pela lógica dos lucros e da ganância, e que, portanto, este era o momento de se endurecer também a luta contrária à implantação desse empreendimento; que a instalação de Carioba II apresentava um grande conjunto de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

inconvenientes sócio-ambientais já denunciados naquela audiência e que, portanto, ele não iria repeti-los, mas apenas referendá-los pela credibilidade dos denunciantes; que não se poderia aceitar qualquer empreendimento que pretendesse utilizar as águas da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba porque estas já atendiam uma população de mais de 3 milhões de pessoas que habitavam quarenta e cinco cidades; que a sociedade de Piracicaba fez uma grande mobilização e manifestava seu desacordo através do abaixo-assinado “Diga não à Carioba II” que ganhou quase 70 mil assinaturas de pessoas contrárias à sua implantação; que uma questão sócio-econômica que estava passando despercebida era a degradação da qualidade de vida da população da região, determinada pela ocupação populacional desordenada que costumava acompanhar a instalação de todo mega-empreendimento; que muitas pessoas poderiam ser enganadas pela propaganda enganosa de prosperidade trazida pela termelétrica, criando a expectativa de encontrar emprego e uma vida melhor naquela região, mas que nada disso aconteceria; que deveria se deixar bem claro que Carioba II criaria, com a sua implantação, apenas cinquenta empregos diretos, em sua maioria oferecidos a técnicos estrangeiros, uma vez que a tecnologia utilizada era desconhecida no Brasil; que as consequências desse provável processo de migração afetariam a região, no âmbito da infra-estrutura, segurança, saúde, habitação, educação etc., porque os governos municipais não tinham como atender a demanda provocada por esse aumento da população; que a lógica que defendia a degradação do meio ambiente e da qualidade de vida era a da globalização da economia, para a qual o que importava era o lucro a qualquer custo; e que Piracicaba não se curvaria diante dos interesses de grupos empresariais e continuaria mobilizada contra as termelétricas e a favor do meio ambiente e da vida. João Manuel dos Santos, representante do Centro Comunitário Jardim Costa Rica, colocou os seguintes argumentos: que sua fala também seria dirigida aos conselheiros do Consema, porque acreditava que, levando em conta todos os depoimentos e protestos feitos naquela audiência, estes tinham-se conscientizado da revolta da população de Piracicaba contra o empreendimento em questão; que não podia concordar com a afirmação de que os empreendedores eram sérios, porque um deles era a Shell, e todos sabiam o que esta empresa tinha feito em Paulínia; que os empreendedores haviam sonogado informações no EIA/RIMA e quem fazia isso não podia ter credibilidade; que recentemente o discurso nacional era o da privatização, segundo o qual a população teria melhores serviços a menores custos com a assunção de diversos setores pela iniciativa privada, mas que todos já sabiam que a prestação de serviços pela CPFL em Piracicaba era das piores; que, em 1978, os responsáveis pelo Projeto Cantareira também diziam que esse projeto não prejudicaria de nenhuma forma a vazão do Rio Piracicaba e que, atualmente, todos conheciam seus resultados, como a falta de água; que novas mentiras tinham sido ditas quando se afirmara que, com a construção da termelétrica de Carioba II, o Rio Piracicaba aumentaria sua vazão, com a retirada do esgoto e devolução de água tratada, uma vez que Piracicaba já tratava quase 40% de seu esgoto; e que naquela audiência se vira a manifestação de todos os setores da sociedade piracicabana, além das 70 mil assinaturas constantes do abaixo-assinado, todos se posicionando contrários à instalação de Carioba II. Ademir do Carmo Luciano Júnior, representante do Espaço Cultural de Zumbi dos Palmares, comentou que considerava inadmissível o uso, por parte do empreendedor, de pessoas humildes, sem conhecimento técnico algum, para discursarem a favor do empreendimento, e que havia gravado uma fita cassete com alguns depoimentos, passando a reproduzi-la integralmente: “Meu nome é Rosimeire de França Abreu Santos, sou Vereadora do PSDB em Cubatão. Ao saber que algumas pessoas de Cubatão estiveram participando de uma audiência pública em Limeira, para tratar da questão da termelétrica que vai ser instalada naquela região, fiquei muito preocupada,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

porque a população de Cubatão e seus representantes na Câmara Municipal estamos profundamente empenhados em estudar essa questão, tanto é que apresentei um projeto de lei impedindo a construção de uma termelétrica em Cubatão, projeto de lei de emenda à lei orgânica, por meio do qual pretendemos impedir a instalação desse empreendimento, pois somos uma cidade extremamente castigada pela poluição e não concordamos que venha para Cubatão qualquer outro dano ambiental, sem o devido esclarecimento e sem a devida precaução que toda a comunidade precisa ter. Estranho que pessoas alheias ao nosso meio, alheias a esse assunto, sem a devida orientação, tenham ido a uma audiência pública, em outra cidade, se manifestar em nome de Cubatão. Isso é um absurdo e isso não pode acontecer”. “Meu nome é Júlio César, moro no Bairro da Vila Natal em Cubatão e sou contrário à instalação das termelétricas em virtude da maneira como o governo está procedendo em relação a elas. As termelétricas seriam muito boas se resolvessem o problema de energia a curto prazo, porque a longo prazo a energia torna-se cara, nossas contas, com certeza, vão sofrer um aumento em breve, porque o governo não subsidiará o aumento do dólar por muito tempo, tendo em vista que as termelétricas, no caso a de Cubatão, utilizarão gás natural fornecido pelo Gasoduto Brasil/Bolívia, o que irá prejudicar, tirando o aspecto do meio ambiente de toda a população”. “Meu nome é Aluizio Gomes de Souza, represento o Núcleo Ecológico de Cubatão e a respeito da termelétrica que vão construir nesta cidade, o monstrengo, somos totalmente contrários, até porque todo mundo sabe que essa termelétrica não irá trazer nenhuma vantagem, a não ser para a refinaria de petróleo que precisa de muita energia para poluir mais ainda; e quero deixar aqui um recado aos colegas ecologistas do Consema: que eles parem de se envolver com questões particulares, não devem ser contra o progresso, mas também não podem, de uma forma leviana, ser a favor de um projeto, inclusive o cientista Ab’Saber, em seu artigo, diz que essa termelétrica não é importante para o Brasil, sendo importante para países como os Estados Unidos, que implantaram essas termelétricas no Alasca, em locais frios. Então eu deixo aqui o meu testemunho, não técnico, mas também como ecologista: essas termelétricas, que o governo quer empurrar goela adentro do povo brasileiro, são um retrocesso para questões ambientais do Brasil”. “Meu nome é Wagner Moura e sou Vereador pelo PSB em primeiro mandato pela cidade de Cubatão. A minha preocupação é a instalação da termelétrica e o que ela pode causar de maléfico para a nossa população. A minha preocupação é a questão da localização, tendo em vista que em Cubatão temos essa cortina verde que é a Serra do Mar, onde a dispersão de poluentes é muito difícil, sem contar que a nossa cidade está saturada, com 25 indústrias e com uma poluição muito grande. Eu fico preocupado com a questão da água, com a emissão de NOx, CO² afetando, conseqüentemente, a camada de ozônio. Então, nós estamos com grande discussão aqui, existindo um projeto em tramitação com o objetivo de evitar a instalação da termelétrica e a minha preocupação é discutir bem isso aí de modo a não prejudicar a população da minha cidade”. Almir Linhares de Farias, representante do Colégio Piracicabano, leu o seguinte documento: “A história de Piracicaba nasce no rio que leva o seu nome, rio que foi vida para a população e ainda é referência para a cidade. O Colégio Piracicabano está completando 120 anos de participação ativa na história da região. Enquanto o colégio possuía a primeira piscina da cidade, o rio possui um trampolim para a prática de natação para o povo. Com o passar do tempo Piracicaba transforma-se, tornando-se uma das cidades mais urbanizadas e desenvolvidas do país, mas transforma-se também numa cidade bastante poluída. Não era o que se pretendia, mas foi o que ocorreu. O rio tornou-se sujo, as árvores vieram a faltar e o clima foi alterado. As intenções não eram essas, mas um exemplo do que estamos falando é o Projeto Cantareira. Quando anunciado gerou protestos. A retirada de água da nascente de uma bacia para ser transportada para uma outra, que já havia destruído as suas, parecia irracional,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

mas havia teses defendendo essa possibilidade com o argumento de que a quantidade de água represada iria até melhorar a regularidade da vazão desse rio. O tempo mostrou que o rio perdeu, parece que a dinâmica da natureza não se submeteu aos dados previstos. O colégio como evolução, como instituição de ensino, sempre levou a sua comunidade a pensar, priorizando a qualidade de vida. Assistimos à degradação da qualidade de vida ao mesmo tempo que as transformações ocorrem exatamente com o intuito da melhoria e da comodidade. É por essa razão que a comunidade do Colégio Piracicabano diz não à Carioba II. E, para finalizar, concluímos com os nossos alunos que a necessidade de energia nos tempos atuais é clara, entretanto, existem outras formas viáveis de produção de energia, e não cremos que este modelo atenda à maioria da população. Infelizmente não temos tido uma política energética que atenda de fato aos interesses dos cidadãos. Evidência disso é o déficit a que chegamos e a imposição de métodos desaprovados, como a conclusão de Angra II. Não à termelétrica Carioba II, sim à vida”. Ernesto Brandão Filho, representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Piracicaba, expressou sua desaprovação ao projeto, justificando o desejo da população de se ver respeitada e acatada. João Carlos Moranha, representante da Piracicaba 2010 – Realizando o Futuro, expressou sua desaprovação ao projeto, justificando-se isto por motivos técnicos e políticos e pela busca de uma melhor qualidade de vida. Paulo Kageyama, representante da Comissão da ESALQ – Carioba II, fez as seguintes considerações: que sentia grande satisfação ao constatar a unanimidade que imperava em Piracicaba em relação a esse empreendimento; que passaria à Mesa um documento preliminar elaborado por uma comissão por ele chefiada sobre Carioba II, que apresentava discordância em relação a alguns pontos contidos no EIA/RIMA; que o único estado norte-americano, a Califórnia, cuja produção e distribuição de energia era não-estatal, sofria os mesmos problemas energéticos aqui encontrados; que a região escolhida para a futura instalação desse empreendimento era muito poluída e densamente habitada, sendo desconhecido o critério de escolha desse local; que, por ocasião da definição do local de instalação, na primeira etapa do projeto, a cidade de Americana era última opção locacional, mas que, estranhamente, por ocasião da segunda etapa do projeto, tornou-se o local escolhido; e que a quantidade de nitratos encontrada na chuva da região, $5,4 \text{ g/m}^2$, comparado com os números da região de Boston, nos EUA, que era a mais industrializada do País, ou seja, $6,5 \text{ g/m}^2$, demonstrava que esse empreendimento, ao aumentar a quantidade de nitratos, afetaria enormemente a biodiversidade dos arredores, algo quase ignorado pelo EIA/RIMA. Benedito Augusto de Moura, representante do jornal “Gazeta Regional”, fez os seguintes comentários: que entregava à Mesa duas fitas de vídeo referentes a uma expedição feita pelo Rio Piracicaba, organizada pela Câmara Municipal de Vereadores; que, em face da retirada de água, de 308 a 400 litros por segundo, representando um montante de 29.904.000 litros a cada vinte e quatro horas pelo futuro empreendimento, alguém havia-se preocupado com as necessidades da população da Região Metropolitana de Campinas; que dois terços do volume total da água retirada se evaporaria, não retornando ao Rio Piracicaba, uma vez que seria retirada de um formador desse rio; que em novembro de 2000 a vazão desse rio chegou a $28,5 \text{ m}^3/\text{s}$, um valor muito baixo, que demonstrava a situação já precária desse rio; que o argumento utilizado para fundamentar a localização do empreendimento, que era a necessidade de se produzir energia para aumentar o volume industrial, não se justificava, pois a CPFL poderia produzir essa energia em outro local e transportá-la para a região de Americana; e que declarava seu voto contrário ao empreendimento. Pedro Álvaro Salvador, representante do Partido dos Trabalhadores do Município de Americana, expressou sua desaprovação ao projeto e reproduziu um vídeo que oferecia o seguinte depoimento: “Ao norte, distante 120 km da cidade de São Paulo, capital do Estado, encontra-se a cidade de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Paulínia. Neste local, outro pólo industrial desenvolveu-se sem um planejamento adequado e sem um controle da poluição. Em Paulínia ocorre hoje um grave episódio, que denota a falta de mecanismos institucionais no Brasil que possam garantir a segurança e a saúde da população. Este é o Recanto dos Pássaros, um loteamento situado às margens do Rio Atibaia, local pacato e bucólico onde as chácaras existem desde a década de 60. O Rio Atibaia abastece várias cidades da região, sendo que, nos anos 70, a comunidade recebeu um novo vizinho: a enorme planta industrial da Shell Química. Construída sem um adequado planejamento, a Shell passou a produzir pesticidas e a incinerar resíduos orgânicos clorados a menos de 15 metros das chácaras. As substâncias tóxicas eram produzidas a partir das matérias-primas *drins*, *endrin* e *dialdrim*. O sistema operacional inadequado acabou por contaminar o solo, as águas, o ar e a comunidade. Foram décadas de exposição à poluição. Os tambores estavam impregnados externamente, com as suas bordas cheias de resíduos. Estavam estocados ao ar livre. A chuva lavava esses tambores e depois penetrava no solo, conduzindo tudo isso aí para os lençóis subterrâneos. Como esse produto é altamente tóxico, pequenas quantidades já eram suficientes para fazer mal para o ser humano. Posso afirmar que há 15 anos, que adquiri para morar, e há 7 anos estou morando nela com a minha família: minha mulher e meu filho de 8 anos, e todo esse tempo sempre tomamos água do poço, comemos as frutas e as verduras que eram plantadas na nossa chácara, sempre achamos que estávamos numa área muito segura. De repente, em 8 de fevereiro de 2001, a Shell nos convida para participar de uma reunião no Ibes Hotel. Chegando nessa reunião às 5 horas da tarde, eu tive a “grata” notícia de que, a partir daquele momento, eu, minha esposa e meus dois filhos não poderíamos mais comer nada desse local e nem beber a água, sendo que meia hora atrás eu e meus filhos tínhamos tomado banho com essa água que eles afirmavam que estava contaminada. Chega simplesmente uma pessoa do meio ambiente da Shell e diz que, a partir de então, não poderíamos comer nem beber nada daquele local, pois, em sua maioria, os produtos eram cancerígenos, poderiam promover ou induzir o câncer e também poderiam causar problemas hormonais e alterações na pele e também alterações no aspecto neuro-comportamental. Além disso, eles atravessavam a placenta e podiam manifestar-se, não na geração que havia sido exposta, mas na seguinte, ou seja, nos filhos. Depois que passei a morar aqui começou a aparecer umas manchas, que ora sumiam ora apareciam em outro lugar do corpo, no rosto de vez em quando. Fui ao médico e nenhum conseguiu diagnosticar o que era. Eu quero justiça, todos nós aqui queremos justiça. Eles vieram para essa região, contaminaram, não avisaram ninguém, e fomos totalmente ludibriados, pois todo mundo pensava que estava vivendo num autêntico paraíso. Isso aqui é um inferno. Houve uma ocasião em que os médicos que estavam a par dessa contaminação por *drins* nos orientaram a respeito do perigo do consumo do leite, sendo que os meus filhos consumiram por muito tempo o leite das vacas criadas no local”. Juan Antônio Moreno Sebastianes, representante da Sociedade Espanhola, teceu as seguintes considerações: que muitas pessoas se desligaram do conselho consultivo quando perceberam que a intenção do empreendedor não era ouvir nem respeitar a população; que o Projeto Carioba II, embora fosse mais moderno que o de Carioba I, poluiria muito mais em virtude da presença do óxido de nitrogênio e do dióxido de nitrogênio, este último responsável pela produção dos ácidos nitroso e nítrico, que eram altamente tóxicos para o ser humano; que o empreendedor se esquecera de falar sobre os impactos provocados pelo aumento do ozônio na região; que, nessa região, a quantidade de água disponível para cada habitante era aproximadamente 408 metros cúbicos, enquanto a ONU considerava razoável a quantidade de 2500 m³/habitante, e que, no próprio Estado de São Paulo, havia regiões cuja proporção água/habitante era muito maior; que, no entanto, apesar de todos esses dados



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

desfavoráveis, o empreendedor insistia em instalar em Americana esse projeto. Paulo Bachin, representante da Associação Pró-Ambiente de Santa Bárbara do Oeste, comentou que havia sido negado a Santa Bárbara do Oeste o direito de realizar uma Audiência Pública para discutir esse projeto, embora a distância entre o local onde seria instalado esse empreendimento e essa cidade fosse de apenas 3 km; e que os empreendedores haviam iludido os moradores da região com promessas de construir creches e escolas profissionalizantes. Rodrigo Luchiari, representante da Associação de Moradores da Região Oeste de Santa Bárbara do Oeste, comentou que aproximadamente 70% das pessoas examinadas na região afetada pelos produtos da Shell poderiam estar contaminadas por *drins* e outros produtos tóxicos; que trabalhos da Escola de Saúde Pública de Harvard e do Instituto Nacional de Segurança e Saúde Ocupacional dos EUA consideravam os *drins* um produto altamente cancerígeno; que era reconhecido pelo próprio representante do Ministério Público que todo o procedimento estava muito mal cuidado, tanto por ele próprio como pela Shell, a empresa que fez a autodenúncia, assim como pelos órgãos ambientais, no caso a Cetesb; e que a contaminação por *pops* poderia ter sido evitada, restando agora erradicar sua produção e comercialização em todo o Planeta; que passaria a apresentar um vídeo, cujos depoimentos podem ser ouvidos por todos: "Além das águas também o solo e, conseqüentemente, as verduras, as frutas e os animais foram contaminados. Ovos, derivados de leite das vacas, verduras e legumes eram comercializados na região sem que a população soubesse do risco a que estava submetida. Daqui para frente o mínimo que nós esperamos é que o governo puna a irresponsabilidade dessa empresa; resolva o problema com a população afetada porque ninguém tem condições psicológicas para permanecer no lugar que está totalmente poluído. Gostaríamos de sair daqui o quanto antes e que o governo se posicionasse e colocasse essa empresa na parede para que ela resolvesse esse problema da população. Espero que essa empresa seja digna e responda pelos crimes que ela praticou contra nós, inclusive pela coação moral a que ela está nos submetendo, porque nós não podemos viver num local onde nós não podemos beber a água, não podemos tomar o leite das vacas, não podemos comer os ovos das galinhas, não podemos comer o frango, não podemos comer as frutas que temos nos quintais. Isto é uma estupidez, repito, é uma estupidez e uma indignidade dessas pessoas. Suspeitaram que eu estava acometido de uma apendicite, abriram e viram que o osso da minha bacia já tinha sido comido. Depois de dois dias eu fiz duas operações e o nome da minha doença é um Condiciorcoma Doedio. Eu tomei durante 8 anos água contaminada, comi as frutas, criei a minha filha aqui também, eu tenho certeza de que alguma coisa tem no meu sangue, porque o poço de onde eu morava era supercontaminado". João Manuel Della Vechia, representante da Associação dos Moradores Zabone de Santa Bárbara do Oeste, fez as seguintes considerações: que grandes consumidores de gás concentravam-se naquela região, como a Fibra Du Pont e a Copersucar; que, com relação ao material particulado jogado na atmosfera, especialistas haviam calculado três possibilidades (12 ton/dia, 7 ou 8 ton/dia e 1 ton/dia); que o problema da falta d'água causada pela captação da água no Rio Piracicaba não estava sendo visto seriamente; que 45% de um combustível fóssil seriam jogados na atmosfera; que dava os parabéns à ESALQ e ao seu Departamento Florestal pelo seu incentivo às florestas energéticas e à cogeração; que uma maneira inteligente de se gerar energia era através da biomassa; que ninguém havia falado a respeito da contaminação da troposfera pelo ozônio, cujos efeitos nocivos preocupavam a todos no mundo; e que grande parte das pessoas a favor do empreendimento eram "marionetes" do empreendedor. Carlos Bocuhy, membro do Consema, teceu as seguintes observações: que o Consema, quando determinado projeto era de interesse do governo do Estado, funcionava como um "cartório legitimador" dos interesses



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

governamentais; que o Secretário do Meio Ambiente, Ricardo Tripoli, era favorável a esse empreendimento como fora ao empreendimento de Cubatão, aprovado pelo Consema sob protestos da bancada ambientalista, que se retirou em seguida; que, se o Consema assim desejasse, a despeito de todas as manifestações contrárias, aprovaria o empreendimento, uma vez que esse Conselho não estava acostumado a ouvir o desejo das comunidades envolvidas; que, mesmo que seja aprovado esse empreendimento, o movimento ambientalista entraria com uma ação civil pública com o objetivo de inviabilizá-lo; que, por ocasião da apresentação do RAP pelo empreendedor, havia aconselhado a este que desistisse do projeto, já que a comunidade não o queria e que, mesmo se ele fosse aprovado pelo Consema, o movimento ambientalista trataria de embargá-lo, pois qualquer ação judicial teria embasamento jurídico, uma vez que a Região Sudeste, em especial a de Piracicaba, era uma das mais críticas para empreendimentos desta natureza; que o Consema precisava ser reformulado para que se tornasse desnecessário o recurso à Justiça em casos deste tipo, pois bastaria ouvir a comunidade; que não entendia o motivo que levou as pessoas de Cubatão que se achavam presentes nessa audiência a aprovarem um projeto amplamente contestado por técnicos e peritos do Ministério Público; que Cubatão, possuidora de um dos estuários mais poluídos do Brasil, não havia se preocupado ainda em limpar o que estava sujo e já apoiava a implantação de novos empreendimentos poluidores; e que manifestava seu voto contrário ao empreendimento também em nome do Coletivo das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consema, que, em reunião, deliberou posicionar-se contrariamente em relação a ele. Jonas Santa Rosa, representante do GRUDE, comentou que mostraria na futura Audiência Pública de Americana os relatórios da Cetesb acerca da qualidade do ar na cidade de Americana e na região, e que, reafirmando o posicionamento de vários manifestantes que o antecederam, o GRUDE saiu do conselho consultivo do empreendimento, em virtude de seu propósito inabalável de implantar esta usina na região. César Augusto Rabelo, representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Americana, manifestou-se contrário ao empreendimento em razão do seu porte e sugeriu que as dimensões, potências e condições técnicas do mesmo fossem revistas; que a cogeração poderia ser algo bem interessante para toda a região; e que um projeto poluidor deste porte inibiria e inviabilizaria a instalação de outros projetos que utilizassem água e pudessem gerar mais empregos. Antônio Costa, representante da Associação dos Moradores Parque Gramado I, manifestou seu voto contrário ao projeto devido ao fato de a região sofrer com a falta de água, com a queima de combustível e com a poluição sonora; e que todos sabiam que a energia era importante, mas que a qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente deveriam ser levados em conta também, pois, caso contrário, se poderia selar a desgraça da própria comunidade. Valdecyr Duzzi, representante da Associação dos Moradores Parque Gramado II, manifestou-se contrário ao empreendimento pelo fato de Americana não suportar um projeto deste porte e por não haver ICMS que compensasse os danos ao ambiente e à saúde da população; que pedia a alguns membros do Poder Legislativo de Americana, incapazes de se posicionar a respeito desse projeto, que deixassem a população decidir sobre a instalação desse empreendimento através de um plebiscito; que o Governo Federal usava terrorismo, com a ameaça de apagões, para pressionar a aprovação de projetos semelhantes ao discutido; e que convidava a todos os que partilhavam de sua opinião sobre o empreendimento a acompanhá-lo à audiência pública que seria realizada em Americana. Maurício Lovadini, representante do Grêmio Estudantil Jorge Coury, fez as seguintes observações: que o empreendimento geraria apenas cinquenta empregos, postos que exigiriam mão-de-obra qualificada que não existia na região; que 80% da construção seriam financiados pelo BNDES, ou seja, pelo dinheiro da população; que em Paulínia



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

havia sido agredido por pessoas que eram favoráveis ao empreendimento, mas que seu posicionamento se justificava principalmente no fato de que esse empreendimento retiraria 400 litros de água de um rio já em estado crítico de vazão. Thiago Gallina, representante da União da Juventude Socialista, comentou que os empreendedores haviam conseguido o seu intento, ou seja, jogar uns contra os outros, os cidadãos de uma mesma cidade. Thiago Ricelli, representante da Juventude do Partido dos Trabalhadores comentou que havia alertado sobre um possível confronto entre as pessoas contrárias e simpatizantes ao empreendimento, o que de fato ocorreu; que não havia visto ninguém que fosse favorável ao empreendimento sem que estivesse envolvido financeiramente com o empreendedor; e que seria necessário adotar-se algumas medidas para que a audiência pública de Americana transcorresse de forma serena; observou que estava presente nessa reunião na defesa do Rio Piracicaba e do meio ambiente; que as pessoas vindas de Cubatão apenas queriam tumultuar esse evento; que sua entidade havia sido ameaçada em Paulínia e um de seus membros agredido; e que havia sido ameaçado pessoalmente pelo Vereador Luciano Correa. Resemary Bars Mendes, representante do “Jornal de Piracicaba”, disse que lá estava para entregar à Mesa um dossiê de uma campanha, realizada no período de 30 de abril a 29 de maio, contra a instalação do empreendimento devido ao seus impactos ambientais, cujo abaixo-assinado contava com 64.394 assinaturas, inclusive de associações, universidades, ONGs, partidos políticos, estudantes, Prefeitura e Câmara de Vereadores de Piracicaba. José Eduardo Delfini Consado, representante da Associação Paulista de Medicina, fez os seguintes comentários: que estranhava o fato de não haver um médico em qualquer uma das comissões do empreendimento, único profissional capaz de avaliar o impacto desse empreendimento na saúde da população, pois ultimamente se tinha certeza de que qualquer aumento de poluentes no ar, mesmo que em concentrações adequadas, causava problemas de saúde; que o empreendimento lançaria no ar material particulado, monóxido de carbono, óxido de enxofre, SO₂, óxido de nitrogênio e ozônio; que o NO_x, quando inalado, penetrava no tecido pulmonar, aumentando as infecções virais e bacterianas, e que, nos pacientes com asma e bronquite crônica, essas doenças se agravavam; que o ozônio, altamente oxidante, provocava inflamação das vias aéreas com conseqüente aumento da incidência de asma, bronquite crônica, tosse e pneumonia, entre outras doenças; que todos os poluentes tinham potencial tóxico e aumentavam a mortalidade e a morbidade através de doenças cardiorrespiratórias e que uma estimativa, baseada em dados do próprio EIA/RIMA, mostrava que ocorreria um aumento, entre 1% e 1,5%, dessas doenças cardiorrespiratórias e, entre 1,6% e 2,1%, das internações; que a poluição diminuía, a longo prazo, a expectativa de vida e não se conheciam os impactos de um empreendimento deste porte que, para sempre, funcionaria nessa região; que não era contrário à geração de energia, mas, sim, ao não-aproveitamento de fontes alternativas para ela, como aquelas que são feitas com o bagaço de cana; e que era contrário à instalação desse empreendimento por ele ser impactante e por retirar água do já saturado Rio Piracicaba. Wagner Rangel da Silva, representante do Grêmio Escola Jerônimo Galo, manifestou-se contrário ao empreendimento por ele ser prejudicial à saúde da comunidade e, diferentemente do que muitas pessoas achavam, não resolver o problema da crise energética. Maria Madalena Tricânico, representante da OAB de Piracicaba, esclareceu que seu posicionamento favorável ao movimento “Diga não à Carioba II” baseava-se, principalmente, nos elementos e fatos de conhecimento dessa comissão, que prenunciavam os malefícios que a instalação dessa usina, em seu formato atual, poderia provocar, pois lançaria carga excessiva de poluentes e retiraria significativa quantidade de água do Rio Piracicaba; e que sua opinião se fundamentava, também, nas opiniões abalizadas de estudiosos, técnicos e integrantes do Poder Público. Marco Antônio Faria,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

representante do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, teceu as seguintes observações: que o País vivia problemas muito graves quando se tornava patente que respeitar a Constituição constituía um ato heróico; que o desmantelamento, pelo Governo, dos centros de pesquisa era um dos fatores da crise energética; que questionava se o esquema apresentado sobre metano constante do EIA/RIMA, no Volume 1, Capítulo 8, seria aplicado na prática, e que solicitava fosse esclarecido o significado do termo LHV e sua unidade; que o Consema, possivelmente, teria dificuldades de analisar a planta contida no EIA/RIMA, pela ilegibilidade dos números ali apresentados e pela ausência da metodologia do cálculo elaborado, o que conferia fragilidade aos dados ali disponíveis; e que, quando um empreendimento era bom para a população, não era necessário gastar tanto dinheiro em propaganda, como esse fizera. Luiz Vanderlei Larguesa, representante do SENAI de Piracicaba, comentou ser necessário muito investimento na área de abastecimento e tratamento de esgoto; que a crise energética era fruto da irresponsabilidade do Governo Federal; que era preciso valorizar a pesquisa no Brasil e a tecnologia por ele produzida, campos estes que poderiam abrir novas frentes de trabalho no País; que, ao contrário do que dizia a CPFL, tanto o Reservatório de Salto Grande como o Rio Atibaia, não lhe pertencia; que perguntava sobre a evaporação média que ocorria diariamente nos rios da região na época de estiagem; e que o governo não deveria subsidiar projetos privados, mas, sim, os serviços de saneamento básico, cuja implantação constituía uma obrigação constitucional. Antônio Cláudio Fischer, representante da Associação Brasileira de Direito Ambiental, fez as seguintes observações: que a avaliação das alternativas locais utilizou como parâmetro a distância existente entre o Gasoduto Brasil/Bolívia e os centros de carga, a facilidade da conexão com a rede elétrica, a disponibilidade hídrica, o acesso à infra-estrutura de transporte e a área disponível para implantação do projeto e que o detalhamento das análises sobre o meio ambiente foi feito na perspectiva de confirmar a escolha já feita por ocasião da elaboração do Relatório Ambiental Preliminar-RAP, ou seja, baseada tão somente em parâmetros técnicos e econômicos; que, em face disso, tornou-se coerente a escolha de Americana como local adequado para instalação desse empreendimento, apesar de esta região apresentar altos índices de sobreuso da água e de poluição atmosférica; que a disponibilidade dos recursos hídricos deveria ter sido o fator preponderante para a escolha de uma melhor alternativa, uma vez que áreas localizadas em bacias hidrográficas com alto sobreuso da água não podiam ser consideradas locais adequados para empreendimentos dessa natureza e com tal porte; que outros fatores agravantes dessa escolha eram a proximidade desse local de áreas urbanizadas e com degradação da qualidade do ar, pois a instalação desse projeto agravaria esses problemas, razão por que, se se levasse em conta esses fatores e a ausência de capacidade de suporte dos ecossistemas dessa região, as outras alternativas locais propostas teriam sido escolhidas, pois apresentavam melhores condições; que, além disso, não haviam sido levadas em conta as queimadas que ocorriam nessa região, que era um fator importantíssimo, e as consequências que esse empreendimento provocaria nos Municípios que compunham a Bacia Hidrográfica do rio Rio Piracicaba; e que os técnicos que assinaram o EIA/RIMA e garantiram que o empreendimento não provocaria qualquer dano ou poluição seriam responsabilizados judicialmente caso algo ocorresse. Sérgio Antônio Furtuoso, representante da Associação Comercial e Industrial de Piracicaba, manifestou seu voto favorável ao empreendimento. Gabriel Soares, representante da União da Juventude Socialista de Piracicaba, posicionou-se contrário ao projeto. Antônio José Celidônio Gomes dos Reis, representante do Verde Novo de Louveira, comentou que não concordava com os pontos apresentados no EIA/RIMA relacionados com o reuso da água, com o Reservatório de Salto Grande



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

e com o ICMS; que a noção de progresso e desenvolvimento deveria visar não somente o lucro e o conforto, mas também o respeito ao meio ambiente. Egídio Mauro Filho, representante do Conselho Consultivo Carioba II, fez as seguintes observações: que o empreendedor não havia evidenciado a possibilidade de mudança do local caso houvesse divergências com a comunidade ou caso o local fosse inadequado; que tivera oportunidade de presenciar, na casa de máquinas da hidrelétrica do Reservatório de Salto Grande, três grandes turbinas, das quais somente uma estava em funcionamento com um terço de sua potência; que não convencia a explicação dada pelo empreendedor de que essa hidrelétrica deixaria de gerar energia para armazenar água e fornecê-la para o empreendimento; que não havia monitoramento que garantisse que o Reservatório de Salto Grande seria suficiente para suprir as necessidades do projeto; que o empreendedor simpatizava com a idéia da participação da população, mas que estava “forçando a barra” em alguns pontos do RAP e do EIA/RIMA, relatórios que foram classificados como inviáveis por diversos técnicos; e que ele deveria levar esse projeto para uma região que não enfrentasse as carências que a região escolhida sofria. Passou-se à etapa em que os presentes se manifestam em seu próprio nome. Pablo Delvage fez as seguintes observações: que, inicialmente, a decisão de se privatizar o setor energético era técnica e financeiramente justificada, pois fora tomada por motivos ideológicos e de subalternidade, isto é, pela expectativa de se realizarem, com alguns grupos, grandes negócios, e pela necessidade de se atrair capital e diminuir-se, com isso, a curto prazo, o desequilíbrio das contas externas brasileiras; que tal decisão embutia a necessidade de alterar a matriz energética nacional, que já não mais correspondia ao padrão financeiro e tecnológico desejado pelas multinacionais, embora tal alteração fosse um absurdo evidente, pela exigência que impunha ao Brasil de que abrisse mão de enorme vantagem financeira ao passar da hidreletricidade, alimentada por fontes internas, para a termoeletricidade, cara e baseada em fontes externas, além do que, para realizar tal operação, uma escassez controlada era desejável e só a expectativa de uma crise energética artificialmente criada justificaria tal transação, embora a crise atual provocasse, paralelamente, um desgaste enorme ao Governo FHC. José Lucas Araújo Souza, declarou que, fundamentado em sua experiência como técnico em eletricidade e eletrônica, admitia que o simples consumo de oxigênio comprometeria, automaticamente, a camada de ozônio, e que o governo deveria voltar-se, com base nos estudos desenvolvidos pela Universidade Federal de Pernambuco, para a construção de usinas eólicas, que levavam apenas seis meses para entrar em funcionamento. Luiz Henrique Werneck afirmou que trabalhava na Bechtel do Brasil, indústria responsável pela construção dessa termelétrica, caso viesse a ser aprovada, e que seu desejo era tranquilizar todos, pois esta indústria possuía, mundialmente, os melhores registros de segurança do trabalho e de proteção ao meio ambiente e adotava uma rigorosa política de desenvolvimento sustentável, tendo participado ativamente de dois dos maiores projetos de recuperação ambiental do planeta, que foram a descontaminação do reator da Usina Nuclear de Chernobyl e a recuperação da região que sofreu o impacto causado pela Guerra do Golfo Pérsico em 1991. O representante do Consema, André Queiroz Guimarães, teceu os seguintes comentários: que a função básica das audiências públicas não era convencer a população, e, sim, esclarecê-la sobre os projetos, e que, nas outras duas audiências públicas, embora sérias dúvidas tivessem sido colocadas a respeito do empreendimento, o empreendedor havia-se limitado a apresentar um vídeo feito por um marqueteiro, tentando ludibriar as pessoas, fazendo-as acreditar que a implantação dessa usina não acarretaria impacto negativo; que encaminharia um documento à Mesa, que fora elaborado por técnicos da Sanasa de Campinas, que assegurava ser a vazão mínima da Bacia do Piracicaba, no ano de 1996, 410,25 m³ por habitante/ano e que esse cálculo, projetado para o ano de 2020, preconizava



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que essa vazão seria de 258,25 m³ habitante/ano; que outro estudo realizado há dois anos pela Universidade Estadual de Campinas sobre a possibilidade de ampliação do Pólo Petroquímico de Paulínia constatou ser ainda mais crítica essa situação, pois demonstrou que, se todas as captações autorizadas para essa bacia fossem efetivamente retiradas por dezessete dias no ano, não sobraria água e esse rio desapareceria; que essa situação atualmente se agravou ainda mais e o empreendedor tentava ludibriar a população, assegurando que, num passe de mágica, seria produzida água, mas era importante se ter consciência de que, se se conseguia sobreviver com o apagão, sem água, certamente, ninguém sobreviveria; que solicitava se fizesse constar do processo de licenciamento ambiental dessa termelétrica uma cópia da matéria publicada no jornal “A Tribuna Piracicabana” que continha uma manifestação do Secretário do Meio Ambiente, afirmando ser favorável à implantação desse empreendimento por ser ele fundamental para suprir a carência energética da região; que, por certo, se a Secretaria do Meio Ambiente tivesse realmente interesse em evitar os apagões na região, de forma democrática ela teria implementado a Comissão de Avaliação Estratégica criada pela Resolução SMA 44, de 29/12/94, cuja tarefa era analisar as políticas, os planos e os programas governamentais e de interesse público para o Estado de São Paulo e cujos resultados deveriam ser encaminhados ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, que, como órgão soberano, teria condições de se manifestar sobre a região do Estado mais adequada para implantação desse tipo de empreendimento. Passou-se à etapa das réplicas. A representante do empreendedor, Goret Pereira Paulo, observou que esse projeto era um dos que, na história do Estado de São Paulo, foi mais discutido, e que o empreendedor tinha muito respeito pela opinião da população de Piracicaba e da região, e que as sugestões apresentadas seriam amplamente consideradas e estudadas pelo empreendedor. Alderico Marchi, representante da equipe consultora que elaborou o EIA/RIMA, ofereceu, entre outros, os seguintes esclarecimentos: que, com relação ao termo “impactos positivos”, a equipe se preocupou em não adotá-lo, substituindo-o por “balanço positivo”; que as colocações do professor da Unimep com relação à qualidade do ar esclareceu que todos os modelos matemáticos não conseguiam calcular com precisão absoluta os impactos da pluma; que os principais impactos ocorreriam num raio de 7,5 km; que a retirada de alguns poluentes, com a redução das emissões na região, contribuiria para um balanço positivo; que a escolha da alternativa locacional se pautou na melhoria da água tanto nos aspectos qualitativo como quantitativo; que os ruídos das turbinas alcançariam cerca de 96 decibéis e que, em relação à qualidade dos efluentes que retornariam ao rio, ela estava de acordo com o disposto no Artigos 18 e 19 da legislação pertinente; que o consumo médio da água a ser evaporada seria de 1069 m³/h, aumentando cerca de 15% na demanda com a implantação desse projeto, equivalendo a 40 m³/s, mas que deveria haver algum erro nesse cálculo, porque isso representava menos de 0,1%; que, com relação ao reservatório, o volume útil assoreado correspondia a cerca de 5%; que, com o aumento do tempo de residência na represa, haveria melhora na qualidade do efluente e que, em relação ao reúso e ao descarte de efluentes para a ETE ou para o rio, ele deveria atender ao disposto pela legislação; e, por último, que, em relação ao uso da torre úmida, ela possibilitaria uma eficiência maior na produção de energia, permitindo viabilizar os programas estruturais propostos visando aumento da qualidade e da quantidade de água no leito do Rio Piracicaba. André Queiroz Guimarães, representando o Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, fez as seguintes observações: que o tempo concedido ao empreendedor nas audiências públicas constituía uma questão que esbarrava nos princípios da ética e da moral, pois ele era utilizado, principalmente, para convencer a comunidade sobre a viabilidade do empreendimento; que era inconcebível implantar-se esse projeto numa bacia cuja disponibilidade



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

hídrica era uma das piores do Estado de São Paulo; que, de acordo com o editorial publicado no jornal “O Estado de São Paulo” intitulado “Marca do subdesenvolvimento”, algumas industriais grandes vinham-se utilizando de expedientes desonestos, como, por exemplo, omitir o seu próprio nome como foi o caso da Shell, por ser uma das responsáveis pelo episódio de Paulínia; que, por exigência dos moradores, a Shell passou a analisar a qualidade das águas, a fornecê-la aos moradores e a comprar a sua produção agrícola; que, mesmo assim, os representantes da empresa afirmavam que a contaminação era pequena segundo projeções matemáticas; que a Usina Termelétrica Carioba II não era ambientalmente viável e que isso havia sido demonstrado pelos técnicos, através dos esclarecimentos e informações que ofereceram durante as audiências realizadas; que, caso o Consema viesse a aprovar esse projeto, a sociedade civil juntamente com o Ministério Público proporão ações públicas e populares, pois os Procuradores da República e os Promotores do Ministério Público do Estado de São Paulo já haviam-se manifestado, manifestação esta que constava de ata publicada no Diário Oficial, e instaurado inquérito civil com o objetivo de paralisar o processo de licenciamento desse empreendimento, que era incabível e cujo prosseguimento era irresponsável, tanto no que dizia respeito à Secretaria Estadual de Meio Ambiente como aos empreendedores. O Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, depois de informar que todas as etapas da audiência pública haviam sido cumpridas, esclareceu que aqueles que, eventualmente, tivessem ainda qualquer contribuição a oferecer e quisessem agregá-la ao processo teriam o prazo de cinco (5) dias úteis, contados a partir da audiência que seria realizada em Americana, para enviá-la à Secretaria Executiva do Consema, através de correspondência registrada ou protocolando-a diretamente nesse setor. Em seguida, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Ricardo Tripoli, agradecia a presença de todos e declarava encerrados os trabalhos. Registre-se que a audiência pública transcorreu em clima de grande animosidade, com performances, vaia, palavras de ordem e gritos nem sempre respeitosos do espírito democrático que se queria preservar. Eu, Germano Seara Filho, Secretário Executivo do Consema, lavrei e assino a presente ata.

PS